

Por uma própria independência: assentos e moradas do Ipiranga aos Jafet

For our own independence: seats and palaces from the Jafet in the Ipiranga

RENATO BRANCAGLIONE CRISTOFI

<https://orcid.org/0000-0001-7483-1219>

Universidade Municipal de São Caetano do Sul / São Caetano do Sul, SP, Brasil

CRISTOFI, Renato Brancaglione. Por uma própria independência: assentos e moradas do Ipiranga aos Jafet. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 32, p. 1-49, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.11606/1982-02672024v32e38>

RESUMO: O presente artigo procura compreender a construção da relação representativa entre os Jafet e o Ipiranga. Como ponto de partida, procuramos entender como o lugar de memória do Ipiranga e as comemorações do Primeiro Centenário da Independência foram elencados por aquela família de imigrantes levantinos, entre as possibilidades de inserção social, representação de dignidades e superação de desconfianças. Estratégias engendradas para se colocar “ao lado” das elites políticas locais, por meio de seus símbolos nacionais na cidade, tendo em vista sua presença como industriais no bairro. Observa-se, também, como essa representação foi pautada por ideais de progresso material e honras próprias de uma ética do trabalho, que pudessem simbolizar os sócios da *Nami Jafet & Irmãos*. Discorre-se sobre um processo contínuo de reinvenção de identidades, pelo qual os Jafet buscaram ser reconhecidos por meio de feitos para com um singular Ipiranga, como um “antes e depois”, portanto, em símbolos próprios. Por fim, analisamos o processo de construção dos Palacetes dos Jafet no bairro, por meio de uma vizinhança coerente e não cindida, entre o Edifício-Monumento e a Fábrica. Da mesma forma, oferecem-se compreensões sobre a historicidade desses palacetes – em seus contextos e momentos de produção – diante das próprias tensões, dos rearranjos políticos e das identidades públicas dos Jafet no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ipiranga. Jafet. História de São Paulo. Palacete paulistano. Centenário da Independência. Identidades.

ABSTRACT: This article aims to understand the representational relationship between the Jafet family and the Ipiranga district. It begins by examining how the Jafet family, Levantine immigrants, engaged with the memory of Ipiranga and the celebrations of the First Centenary of Independence as a means of social integration, representation of dignity, and overcoming mistrust. The family strategically aligned themselves with local political elites through national symbols, emphasizing their presence as industrialists in the neighborhood. The representation was driven by ideals of material progress and work ethic, symbolizing the partners of Nami Jafet & Irmãos. The study explores the continuous reinvention of identities by the Jafet family, seeking recognition through their contributions to Ipiranga, marked by a distinct "before and after" in their own symbols. Finally, the construction process of the Jafet Palacetes in the neighborhood is analyzed, highlighting the coherent and unified relationship between the Monument-Building and the Factory. The historical context and political rearrangements that shaped the public identities of the Jafet family in Brazil are also discussed.

KEYWORDS: Ipiranga. Jafet. History of São Paulo. Palacete paulistano. Centenary of Independence. Identities.

O dever é nosso, é dos sírios, para com esta nação digna e hospitaleira! Chama-nos o dever para participarmos de suas alegrias e tristezas, e nos associarmos a ela em tudo.

O Brasil é nação viva, que ficou independente [...]. Em 1922, vai ser festejado o centenário da Independência. Os festejos terão o máximo brilho e imponência. A nação em peso celebrará este dia no Ipiranga [...]. (Nami Jafet, 24 set. 1917)¹

1. Jafet (1947, p. 344).

2. *Idem.*

3. Kurban (1947, p. 337).

Em uma breve nota de rodapé de *Nami Jafet - ensaios e discursos*,² o tradutor e escritor sírio, Taufik Kurban, comete um equívoco. Talvez um deslize que, de tão diminuto, passe notado apenas aos leitores não apenas atentos, mas particularmente familiarizados com aquilo que, em última análise, era o objetivo principal daquela obra: guardar memória de um reconhecido imigrante do Oriente, em São Paulo.

Tratava-se de Nami Jafet. Um, entre um restritíssimo grupo de homens, que na São Paulo de reconhecidos industriais e enriquecidos homens de “todas as nacionalidades imigradas” poderia ser contado pela *fortuna*, pelos requintes, obras e títulos nobilitantes que amealhara na terra paulista, e também pela expressão destas. Como no próprio objeto daquele livro que, em última análise, procurava revelar um dos Jafet por meio de uma gama de ideias, articulações e, sobretudo, ambições inquietas.

Tecnicamente – o que aqui tomei a liberdade de nomear como “deslize” de Taufik Kurban –, para ser justo com o autor da remissiva, nada tinha de incorreto se observado perante as discussões factualistas que eventualmente costumam emergir sobre os lugares de memória e relatos de um passado nacional, como o brasileiro. O “equívoco” de Kurban estava, todavia, claramente estabelecido diante do que ele afirmava sobre os sentidos e significados do lugar do Ipiranga ao próprio Nami Jafet.

Assim seguia, pois, a nota de um zeloso, Taufik Kurban:

Pouco importava ao orador [Nami Jafet] a divergência entre a crença geral “das colinas do Ipiranga” e a convicção de alguns pesquisadores que dizem “foi no teatro da Rua Boa Vista”. O valor não está no local, mas de ter havido o brado de “Independência ou Morte”³.

Ainda que retoricamente apropriáveis e de ímpeto metafórico – como procurava ressaltar Kurban – àquele que era reconhecido como uma espécie de “patriarca” da colônia sírio-libanesa em São Paulo, as terras margeadas do riacho ou até as que se avistavam da colina às várzeas do Tamanduateí em direção ao leito da São Paulo Railway não eram simplesmente desprovidas de valores reconhecíveis, nem estes eram daqueles próprios e possíveis de um desterro, ainda que argumentativo.

4. Jafet (1947, p. 337).

5. Jafet (1947, p. 337).

Aos Jafet, o Ipiranga não significava mais um mero acaso, um local qualquer ou um não lugar. As margens de terra batida dos caminhos do Ipiranga estavam, por essência, carregadas de simbolismos não apenas nacionais, mas, que àquela altura também poderiam ser observados como próprios daquela família, para além da fábrica. Por meio de um processo de construção de memórias e aproximações simbólicas, tais margens do Ipiranga poderiam também ser avistadas como a imagem mais reconhecível da fortuna dos vínculos de inserção daquela família libanesa no imaginário da cidade.

Sentidos e construções de memória, que por essência, faziam parte de um imaginário apresentado e assumido na cidade, após esforços públicos de inserção política, ascensão econômica e representação social não apenas da terra imigrada – brasileira e paulista –, mas também íntimos e vivificados pela própria trajetória dos Jafet. Foi nesse contexto que a construção de um particularizado, significativo, distintivo e representativo lugar ao Ipiranga ganhou corpo e morada.

A passagem de Nami Jafet em questão – que possibilitou a equivocada nota de Kurban – não intentava qualquer debate sobre coisas do passado. As ambições eram como das vendas e ímpetos presentes. A fala do orador Nami Jafet dirigia-se exclusivamente aos membros da colônia síria de Santos, conclamando aos daquela localidade, igualmente elencada pelo discurso entre os lugares de memória do Brasil, por um chamado que estabelecia valores históricos próprios da:

[...] honra de estar falando agora na cidade que foi berço de José Bonifácio. Foi nesta cidade que nasceu e se criou o homem que proclamou a independência do país. Desta cidade partiu a caravana que, nas colinas do Ipiranga, fez reboar o brado de “Independência ou Morte”. Santos e o Ipiranga são símbolos da Independência e a Liberdade para esta terra e para nós também serão os símbolos da liberdade e da independência da Síria amada.⁴

E, particularmente, sobre uma noção de lugar histórico e seus sentidos sociais, continuava Nami Jafet indagando:

Quem sonhava que o Brasil, seus lugares históricos e seus homens livres seriam para nós um modelo, que imitamos na jornada para a independência e liberdade? Viva a memória de José Bonifácio! Viva Santos! Vivam as coxilhas do Ipiranga, sempre que suas áureas matinais se movam, perfumadas pelo sopro de D. Pedro I: “Independência ou Morte”; sempre que cintile o relâmpago pela sua espada e das espadas de seus destemidos companheiros pelas almas ‘eletrizadas’ pelas nobres ideias patrióticas.⁵

Inserida em um livro que de efeito é uma compilação posterior de discursos e ensaios de um já falecido Nami Jafet, a nota – pelo que se pode aventar

– procurava realçar o “professor”, protegendo-o de supostas críticas de ordem intelectual, procurando coerências, em um livro que na prática era um compêndio de discursos públicos diversos e até ensaios matemáticos. Não caberia, em verdade, naquele livro, propriamente, procurar maiores observações sobre o local exato do *Grito*, o que, por essência, faz da nota algo ainda mais deslocada, já que o leitor, por certo, entenderia o sentido simbólico que o Ipiranga – em paralelo – tomava diante do anseio pela *independência* de uma deixada Síria.

Convenhamos, se o Ipiranga era o lugar histórico que a elite paulista procurava desde a segunda metade do século XIX, e, sobretudo, com o advento da República, significar nacionalmente como campo fundamental e determinante dos idos e ditos do processo de independência, naquilo que o símbolo da terra guardava enquanto possibilidade de construção e realce de um lugar de memória e espelho de inserção e imagem dessa mesma elite como definidora dos destinos nacionais; não nos parece que seria um punhado de imigrantes ortodoxos, vindos de um Oriente dos “turcos”, industriais-vizinhos do Museu-Monumento e, particularmente, cientes e ciosos, testemunhas dos exitosos esforços e intervenções que as comemorações do Centenário em 1922 propugnavam naqueles anos da administração do governador Washington Luís, que lançariam tal “épica” aos confins das incertezas do “teatro da Rua Boa Vista”.

Se a remissão de Kurban, em verdade, serve-nos – neste artigo – para apresentar a questão e a construção do lugar de memória do Ipiranga diante da escolha do bairro para morada palacetiana dos Jafet – como observaremos no decorrer deste artigo – ressalte-se, que também é o próprio tradutor e poeta sírio, T. Kurban, que em contrapeso, pode-nos oferecer um dos tantos indícios das intencionalidades na construção de discursos sobre o que significaria o *Ypiranga* à imagem dos Jafet, enquanto obras representativas, quase que umbilicadas às suas próprias *independências* naquelas “terras da promessa”⁶.

Distante de preocupações pontuais, revela-nos mais o poeta sírio de São Paulo, no prefácio do mesmo livro. Pois por lá, exclama, o discreto, Kurban:

Ipiranga! Fábricas de tecidos!

A cinco quilômetros do centro de São Paulo, no Ipiranga, começou a escavação e aplanamento do terreno que comprou. Era terra baldia, deserta, onde nada se via além das colinas de terra vermelha, entremeadas dos alagadeiros do Tamanduateí.⁷

Os Jafet – sob orientação discursiva inicial de Nami Jafet – não tardaram em assumir a transição e o progresso que a urbanização do velho distrito semirrural do Ipiranga representava como símbolos próprios de sua lavra-industrial, quase que um local-vitrine público de seus feitos e obras. Esta última palavra, particularmente, muito cara aos levantinos e ressignificada no Brasil, sob auspícios de uma ética do trabalho.

6. Duoun (1944).

7. Kurban (1947, p. 337).

8. Hitti (1924).

9. Nascidos na região do Monte Líbano, na pequena aldeia de maioria cristã-ortodoxa, de Chueir. Região ainda como parte de uma reconhecida Síria, sob domínio imperial turco-otomano.

10. Jafet (1956, p. 33-34).

Philip Hitti foi um dos primeiros que, aos ocidentais, tentou explicitar quão complexos eram os arranjos identitários do Levante. O que, sucintamente, significa ser parte indissociável de uma coletividade étnica por ordem familiar e religiosa, manifestada em laços culturais e de pertencimento associáveis a um determinado território particularizado de nascimento.⁸ Nesse sentido, aos emigrados e desterrados, qual seria esse novo lugar de identidade?

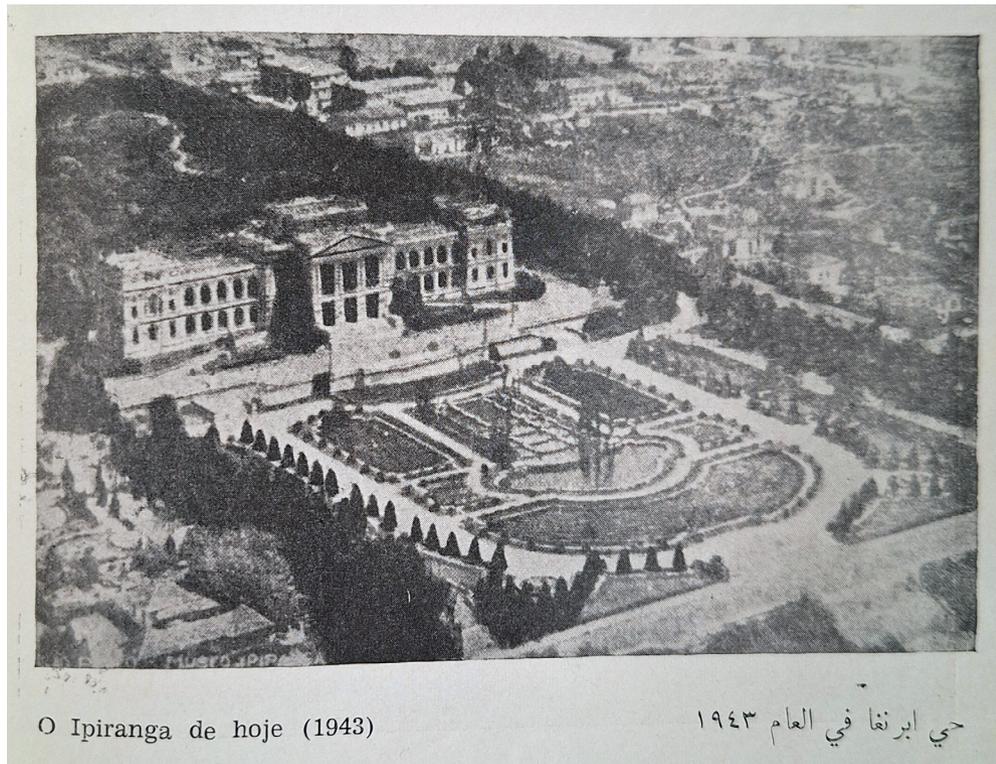
Mais do que pensar a reinvenção dessas identidades, no âmbito deste artigo, daremos olhar a um outro *locus*: o espaço social enquanto possibilidade de articulação e construção de uma memória margeada no Brasil – e não à margem – para aquela família de libaneses⁹ no Ipiranga.

O LUGAR DE MEMÓRIA DOS JAFET SOBRE O IPIRANGA

Inseridas entre as folhas de dois livros póstumos, poucas palavras escritas em árabe tomam um sentido revelador. Voltados à memória dos dois principais chefes do grupo familiar em São Paulo (o primeiro, dedicado a “*Nami Jafet, sua vida e sua obra*”; e outro, de igual função, dedicado a “*Vida e Obra de Basílio Jafet*”), tais obras procuravam lançar a memória desses homens sobre as obras e, singularmente, sobre um lugar.¹⁰



Figura 1 - Reprodução de Vida e Obra de Basílio Jafet. Vista sobre o “Ipiranga de ontem” – Datação atribuída: 1907. Acervo do autor.



O Ipiranga de hoje (1943)

حي ابرنغا في العام ١٩٤٣

Figura 2 - Vista sobre o “Ipiranga de hoje” - Reprodução de “Vida e Obra de Basílio Jafet”. Datação atribuída: 1943. Acervo do autor.

“O Ipiranga de antes do progresso” e “o Ipiranga de ontem (1907)”¹¹ propugnavam aos Jafet feitos memoráveis.

Ao leitor, uma contraposição era oferecida. A imagem de uma colina renhida, com um pequeno e tortuoso caminho de terra batida que ao fundo revelava um Monumento Nacional brasileiro ao momento da suposta chegada dos Jafet. Como uma travessia completa, a cena dá vistas a outra paisagem que se desfaz na página seguinte, definitivamente, diante daquilo que se assume como a revelação de um magistral espaço-símbolo da terra-paulista, reinante e avistado agora ao longe, por assim legendado, como *O Ipiranga de hoje (1943)*.

Uma passagem que sobejamente renderia aos Jafet, a condição quase que inequívoca, laureada pela mudança, como homens desbravadores e senhores dos destinos daquele lugar, também de memória do Brasil e da São Paulo *bandeirante*.

Poucas eram as palavras, pois não precisavam de muitas, a mensagem intentada era clara: o Ipiranga e os Jafet se confundiam, exitosos e memoráveis, avizinados efetivamente através de seus – já reconhecidos – imponentes palacetes encimados no bairro ou, sobretudo, no que ressoava “progresso” aos sons ritmados dos teares da vasta fábrica.

12. Jafet (1947)

13. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 547-551) e Truzzi (2009).

Nami Jafet foi professor, ex-aluno da Universidade Americana de Beirute, em tempos em que até numa universidade fundada por estrangeiros, certas ideias eram proibidas pelas estritas regras morais-religiosas, articulações do combalido, porém etnicamente diverso Império Otomano. A formação na carreira de “Artes e Ciências” ainda que com desgosto diante do “jugo otomano”, possibilitou que ocupasse cargos acadêmicos e diretivos em colégios ortodoxos de Beirute e Choueir, em classes por onde discorria sobre economia, matemática, linguística, árabe, história, teologia e política. Memórias vivificadas pela família contam, que, ousado, procurava até defender a leitura de Darwin entre secundaristas do Levante, em tempos em que o teórico britânico ainda era, relativamente, mal recebido em recantos religiosos da Inglaterra.¹²

A mesma sorte de formação, em verdade, não tiveram os demais filhos do também professor Chedid, e sua esposa, Utruch. Para os demais Jafet, a imigração ao Brasil foi uma das saídas possíveis. E, de fato, assim se fez.

Memórias registradas no pós-imigração contam que os Jafet ouviram falar do Brasil após a visita de Dom Pedro II à Síria Otomana, em especial no decorrer de sua estadia com a imperatriz em Beirute, a caminho de Damasco, 1876. Outros relatos mais especulativos – e enaltecedores, aos Jafet – falam que o imperador convidara os sírios a emigrar ou que professores, que conheceram o monarca, falaram aos seus alunos de um singular “Brasil”¹³.

Se disso pouco pode ser confirmado, para além da própria viagem do Imperador ao Oriente, certo é que diante das crises e tensões político-econômicas que abalavam as províncias otomanas no Mediterrâneo no século XIX, a emigração para a América se tornaria um gradativo fluxo migratório, do qual imigrantes das aldeias do Monte Líbano e das cidades de Homs e Zahlé seriam os pioneiros no Brasil.

A Síria Otomana, diferentemente do Chipre e do Egito, não havia se tornado apenas uma suserania nominal dos sultões de Istambul. Por lá, estavam os levantinos – em suas diversidades étnicas – sujeitos a um arcaico sistema de cobrança de impostos, leis discriminatórias e/ou confessionais. Pelos quais, o domínio otomano era exercido por meio de um jogo tensionado de imposição de etnias, umas sobre as outras, de maneira fragmentária e desigual em cada região do Levante. Condição que gerava conflitos, eventualmente violentos e, particularmente suscetíveis aos ventos instáveis da política da Sublime Porta.

Foi diante desse contexto, que Benjamin Jafet, primeiramente, e depois seguido por seus irmãos Basílio e João, empunharam a “matraca”. O grito de liberdade desses pioneiros da família era aquele próprio – e possível – dos tantos ambulantes das ruas do Brasil na aurora da República. Buscavam vender aos brasileiros um conjunto variado de produtos, coisas próprias que pudessem ser mascateadas por esses ambulantes: tecidos e quinquilharias, às vezes pagas por produtos agrícolas que eram prontamente revendidos ao vizinho da próxima porta.

Benjamin Jafet foi o primeiro a chegar, em 1887. Havia comprado os primeiros cortes de sedas e tecidos com suas economias ainda em Marselha, cidade da qual partiu para o Brasil. Desembarcou em São Paulo, estado onde morreria, décadas depois, como um dos mais ricos industriais. Na terra paulista, seria o primeiro, igualmente, a guardar morada (residência) num cativo Ipiranga.

Vendendo, como mascate, primeiramente os tecidos importados, conseguiu que outros dois irmãos tomassem o mesmo caminho, algo que no trabalho conjunto concretizaria a organização da primeira loja de tecidos na Rua 25 de Março, n. 147, depois de anos mascateando pelo interior do território paulista, mineiro e fluminense.¹⁴ Em modelo, espelhariam a lógica de negócios – e uma ética do trabalho –, nutrindo sonhos subsequentes dos demais emigrados da Síria Otomana. Ser mascate se moldaria como o passo inicial à trajetória vitoriosa de um comerciante da colônia, que para alguns mais que o comércio de rua significaria sonhar com a transição para o comércio atacadista e, posteriormente, à produção industrial. Os Jafet, mais do que pioneiros, percorreram exitosamente e de forma modelar este “jogo-da-vida imigrada” entre os sírio-libaneses de São Paulo.¹⁵

Neste ponto, voltamos à proeminência simbólica do ponto de vista intracomunitário, à “colônia síria”, de Nami Jafet. Da qual o reconhecimento se derivou como aquele próprio de um realizador perspicaz, de feitos e conhecimentos incomparáveis às realidades daqueles demais homens, a maioria imigrantes pobres, com significativo contingente analfabetos.¹⁶

Como indicia farta documentação e bibliografia, os Jafet foram dos primeiros entre os sírio-libaneses de São Paulo, que ao fundar a *Nami Jafet & Irmãos Ltda* (1893), conseguiram realizar a passagem inicial da acumulação primitiva para a formação de complexos industriais e fabris. É nesse contexto que a chegada de Nami Jafet ao Brasil se insere. Conforme reafirmam os relatos dos vários ramos da família em São Paulo, Nami fora trazido pelos irmãos para organizar os negócios já venturosos dos ex-mascates (Benjamin, Basílio e João), auxiliando-os no salto para a fundação de algo que se revelaria como um complexo e estruturado sistema de acumulação de capital, uma rede de fornecimento, distribuição e produção de tecidos pelo Brasil.¹⁷ O próprio nome da companhia *Nami Jafet & Irmãos Ltda* indica essa proeminência de Nami sobre os demais, o que, em verdade, ressoava na América, os complexos arranjos de precedência familiar dos orientais para com seus primogênitos, inclusive entre os cristãos ortodoxos.

Foi com essa firma lavrada em 1893,¹⁸ e depois logrando o endereço à Florêncio de Abreu (1903), antiga rua dos atacadistas de São Paulo, que os Jafet constituíram uma espécie de cadeia de acumulação de capital, da qual, desde os já estabelecidos comerciantes árabes pelas cidades do Brasil, aos mascates que ainda palmilhavam os sertões e aqueles que chegavam para esta labuta ambulante, tornar-se-iam literalmente *clientes* dos Jafet. Fazendo com que esses recém-chegados,

14. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 547-551).

15. Truzzi (2009, p. 107).

16. *Idem*.

17. Jafet (1956, p. 35-36).

18. *Idem*.

19. Nota complementar: com a fundação da fábrica a partir de 1906, o nome inicial da companhia era “S.A. Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga”, tendo por controle a sociedade “Nami Jafet & Irmãos LT-DA”. Foi com o desenvolvimento robusto da indústria de tecelagem, que a companhia assumiu a hifenização “Ypiranga - JAFET”, em um dos rearranjos societários da empresa. Segundo as memórias oficializadas nos livros biográficos, especialmente “depois do aumento de capital e da anexação de diversas seções industriais”. Escolha que demonstra que o processo de afirmação das identidades dos proprietários se seguiu em espelho dos negócios no Ipiranga. Ver: Jafet (1956, p. 35-36).

inclusive, tomassem suas primeiras mercadorias e tecidos para a venda a pagamento posterior, regidos, antes de tudo, sob a lógica levantina de honra e confiança entre homens. Sistema que era, igualmente, replicado pelos mascates a seus clientes de fazendas, e, em prestações, até a próxima visita.

Seria no alvorecer do sonho industrial que os Jafet – até então na cidade indistintos entre os “turcos” de São Paulo – encontrariam seu singular *Ypiranga*. Naquilo que meticulosamente, desde então passariam a cultivar como símbolos e valores que espelhavam a materialização de suas próprias independências perante o imaginário da cidade, sob auspícios de conquistas sedimentadas por uma ética do trabalho e pelo progresso econômico como elementos representativos de suas virtudes mais visíveis, enquanto possibilidades de diferenciação.

Se é nesse contexto que surge um Ipiranga aos Jafet – ou como no grifo final do nome daquela companhia, por uma “S/A Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga - JAFET”¹⁹ –, é preciso entender como essa relação hifenizada – o Ipiranga e os Jafet – foi sendo gradativamente engendrada e valorizada pelo grupo familiar, em suas aspirações, tensões e redes de sociabilidade em São Paulo.



Figura 3 -Anúncio com a logomarca da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga “JAFET”. Acervo do autor.

PELO BAIRRO DA “FÁBRICA”: FORTUNA ECONÔMICA, TENSÕES SOCIAIS, ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E AS POSSIBILIDADES DE DISTINÇÃO SOCIAL NA CIDADE

Foi sob o território ainda semirrural, em 1906, que a compra da área de uma velha olaria nos alagadiços do Ipiranga e do Tamanduateí daria passo à construção de um delineado complexo fabril, voltado à produção de tecidos em algodão.²⁰

A escolha pelo tecido leve era propositada. Entre tantas justificativas dessa escolha pelos Jafet, elencava-se a existência de lavouras brasileiras da mesma fibra, o que reduziria, assim, os riscos de quebra de fornecimento e limitava as flutuações de preços. Somava-se a isso o fato de que a produção de tecidos de algodão oferecia uma maior possibilidade de crescimento em vendas se comparado a outros tecidos finos – como a seda ou linho. Segundo as citadas biografias destinadas às memórias dos “industriais” Nami e Basílio Jafet, o algodão oferecia menores riscos econômicos devido à maior facilidade de preparação e industrialização do fio, diante de uma inicial ausência de mão de obra qualificada no Brasil. Todavia, em efeito, o que se avistava eram suas potencialidades perante a cadeia de fornecimento já previamente estabelecida pelos negócios dos Jafet:

[...] por serem os tecidos de algodão de um preço módico que por assim dizer os protege da concorrência estrangeira e o consumo desses artigos no mercado brasileiro muito grande, devido ao preço mais acessível do que outros tecidos.²¹

Há pontuais divergências quanto ao tamanho dos lotes iniciais que os capitais da Nami Jafet & Irmãos depositaram sobre “a grande área de terrenos no bairro histórico do Ipiranga”²², provavelmente 6 mil m² entre as ruas Patriotas, Sorocabanos e Agostinho Gomes.²³ O fato que se pode asseverar é que antes que qualquer chaminé fumegasse vapores das máquinas e teares que a companhia importou de Manchester, em abril de 1907, não se ausentaram aqueles homens de lançar noticiosos sobre o fato de que a “pedra fundamental” da traçada indústria estava assentada no Ipiranga. Por onde os fornos da velha olaria – segundo memórias – foram mantidos queimando a terra vermelha das margens do Tamanduateí, para a produção dos tijolos que construíram os pavilhões da *Ypiranga*.²⁴

Se o Ipiranga foi historicamente um lugar de passagem de tropas e mures entre a cidade de São Paulo e o litoral, a passagem dos Jafet para a condição de industriais depois da compra do terreno se deu com exitosa rapidez. Em ritmo que é contado com heroísmo entre as tantas memórias que a família construiu sobre seus homens, o fato é que já em 1908, os primeiros tecidos fabricados com a marca Jafet encontravam-se entre as mercadorias comercializadas nos escritórios da companhia junto à Rua Florêncio de Abreu. E dali vendidas pelas

20. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 547-556) e Jafet (1956, p. 35-36).

21. Jafet (1956, p. 44).

22. *Idem*.

23. Truzzi (2009, p. 106).

24. A área da antiga olaria operada pelos Jafet ao momento da construção da fábrica, compreende hoje parte das dependências do Clube Atlético Recreativo Ypiranga. Este último foi fundado na Rua Direita e, já consagrado com resultados em campo, mudou-se para o bairro do Ipiranga, em acordo de cessão de terrenos com os Jafet, pelos idos do ano da Revolução de 1932. Ver: Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 556).

ruas de comércio do Brasil, tantas quantas onde os sírios e libaneses progrediram no comércio de tecidos e armarinhos.²⁵



Figura 4 - Reprodução de trecho da Revista São Paulo Moderna, dedicada na página à Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga - São Paulo, 1919.

A necessidade de apresentar essa breve trajetória dos Jafet até a constituição da fábrica no Ipiranga, longe de qualquer esforço memorialista, de sentido essencialmente narrativo ou de reafirmação de “heroísmos” e vínculos enaltecidos – como os presentes exhaustivamente nos livros de memórias editados pela própria família –, faz-se aqui necessária apenas para dar ao leitor algum conhecimento sobre as trajetórias desses sujeitos históricos e suas tensões no Brasil. Certamente, passo importante e essencial, pois indicia os campos de possibilidades – simbólicas e materiais – de enfrentamentos e inquietações prementes ao processo construtivo dessas memórias, especialmente diante da realidade pós-imigratória na ressignificação de suas identidades. Esforços de distinção, diferenciação e representação pública de honras particularizadas, como veremos ao longo deste artigo.

Como observaremos, a construção dessa imagem de memória da família em relação ao bairro foi um esforço iniciado ainda nos anos 1920 e atingiu sua

consolidação já nas décadas de 1940 e 1950, quando os livros de memória dos fundadores começam a ser editados. Trata-se de um processo gradativo, uma construção junto ao imaginário da cidade, ao ponto de não impedir que até trabalhos recentes de caráter acadêmico, procurando ressaltar um sentido de pioneiros e desbravadores econômicos aos Jafet, conservassem noções dessas memórias construídas em relação ao Ipiranga.

Jacques Marcovitch, por exemplo, foi um que conservou essa imagem concebida e essa tendência de reafirmação, ainda que ponderando:

Com certo exagero, mas algum realismo, pode-se dizer que, antes da tecelagem construída por Nami Jafet, não havia nada no Ipiranga a não ser a estação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e o Museu do Estado.²⁶

Por certo, não podemos assumir que não existia nada no Ipiranga antes da construção da Tecelagem e Estamparia Ypiranga (1907), para além do Edifício Monumento. Tal discurso, acima de tudo, assume sentidos de apagamento ou rebaixamento histórico da vida rural dos pequenos sítiantes que compunham as margens dos caminhos do planalto paulista, e que tanto, chamava atenção de viajantes pela própria “solidão” da paisagem do lugar de onde acontecera o Grito de Independência.²⁷ Nessas terras, pelas quais imperava a taipa, o casario baixo e pequenas vivendas, o que existiam eram os cotidianos e atividades econômicas próprias de um lugar de passagem e semirural. Se na São Paulo da República Velha as antigas casas avarandadas de feições coloniais estavam sendo substituídas por arquiteturas ecléticas aos modelos europeus, há de se entender o porquê dessa ideia do “antes” ter sido assumida como propaganda positivada para os Jafet.

Ressalta-se, igualmente, que o complexo fabril dos irmãos de Choueir não foi nem a primeira companhia do bairro. As indústrias dos Irmãos Falchi, fundadas em 1890, por exemplo, já produziam, inclusive, tecidos de seda e outros insumos. Destacam-se, também, as olarias de tijolos e telhas, como a Cerâmica Sacoman Frères (construída por imigrantes franceses), que legou até nome a um seguimento do distrito. O que se pode afirmar, sim, é que a Tecelagem e Estamparia Ypiranga foi a primeira indústria de porte a se desenvolver no bairro, com produção de larga escala e maquinários modernos e, sobretudo, empregando um grande contingente de operários.²⁸

Com a fábrica fumegando e com seus apitos ressoando, o crescimento econômico dos Jafet, no começo da década seguinte, seria vultuoso. A *Grande Guerra* (1914-1918) para a indústria paulista nascente, no âmbito econômico, teve impacto definidor em sua expansão devido à abrupta queda da entrada de mercadorias importadas no Brasil. Esse acréscimo constante de capitais industriais

26. Marcovitch (2009, p. 72).

27. Barro e Bacelli (p. 73-76).

28. *Idem*, p. 107.

29. A política... (1919, p. 1).

30. Notas... (1919, p. 1).

31. A política... (1918, p. 1).

permitiu aos Jafet (que já tinham seus negócios estruturados) uma nova vereda de caminhos para se embrenharem. Particularmente, entre esforços claros de diferenciação dentro do grupo étnico-imigrado, e pretensamente de inserção e distinção junto aos grupos e redes de sociabilidade e poder da Primeira República, ainda que, para tanto, enfrentando novas tensões e desconfianças.

Antes que observemos esses esforços, principalmente o lugar da materialidade dos palacetes à vizinhança do Museu Paulista, dos Jardins do Ipiranga e do Monumento à Independência (de Ettore Ximenes), note-se o que nos lega registro uma intitulada “*Nota Curiosa*” de *O Combate*:

A Comissão Diretora do Partido Republicano reconheceu o Diretório Político do Ipiranga, nesta capital, constituído pelos senhores coronel Nami Jafet, Carlos Pontual e Antônio de Oliveira Castello. Foi, pois, derrotado o grupo dos srs. José Rubião, Siqueira Campos Filho e outros, que haviam organizado também o seu diretório.

Nota curiosa: o sr Jafet é presidente do “Comitê Syrio-Libanez”. Como, pois, se apresenta agora como Coronel da Guarda Nacional e cidadão brasileiro?²⁹

Longe da velha matraca, de fato, um levantino nascido súdito do Sultão Otomano ostentando cargo de direção do PRP (Partido Republicano Paulista), no lugar histórico do Ipiranga, tenderia aos estranhamentos. Ainda mais ao momento que naquele sítio toneladas de terra e dispensas do erário público eram movidas para a configuração de um lugar de memória condigno, seguindo modelos europeus de museus, jardins e espaços públicos nacionais, tendo em vista as comemorações do Centenário da Independência.

Não parece difícil de entender o porquê da nota ter se seguido emendada, especialmente em *O Combate*, que, não por menos, deu destaque ao nome dos paulistas derrotados na eleição do diretório daquele recém-criado distrito. Espaço político pelo qual, prontamente, Nami Jafet, ainda ocuparia a condição de ser o seu primeiro presidente,³⁰ desde o desmembramento do mesmo em relação ao Cambuci.³¹

Se não passou despercebido ao jornal operário-anarquista, parece-nos significativo refletir sobre os sentidos dessa busca pela ascensão política em São Paulo, e, especificamente, o distintivo que a alcunha de “coronel” poderia efetivamente amear ao “patriarca” dos Jafet.

Em primeiro, vale ressaltar, que àquela altura da República, as concessões de cartas-patentes de Guarda Nacional já caíam em gradativo desuso como a própria força, malfadada pelas instituições republicanas, especialmente pelo Exército. Ressalta-se ainda, que, o desfile derradeiro daquela que outrora foi uma das estruturas delegadas de poder no Império, teria lugar exatamente entre as próprias comemorações do Centenário da Independência, sendo, portanto, já quase que legada às reminiscências de um passado nacional e formador das elites

locais. Segundo, vale aqui pensar o fato de que, ainda sendo desmobilizada, conservava ao seu portador símbolos difusos de poder próprios das oligarquias locais da Primeira República. E que, sob essas condições simbólicas – e, particularmente, associadas a localidades, possa ter sido concedida a Nami Jafet – um estrangeiro – no lugar de memória do Ipiranga e no momento que aquele lugar estava sendo reafirmado definitivamente enquanto símbolo da nacionalidade e, por extensão, da elite paulista como definidora dos destinos do país.

Nos limites deste artigo, não cabe avançar análises sobre o que a patente de “coronel” e a condição clientelista de membro da direção local do PRP poderiam efetivamente atribuir a Nami Jafet sobre o recém criado distrito do Ipiranga. O que importa aqui é o próprio elemento de distinção, ou os sentidos que a condição de “coronel” poder ter sido vislumbrada ou intencionada enquanto expectativas de poder reconhecíveis (institucionais, pessoais e simbólicas), associadas, sobretudo, à territorialidade do Ipiranga, em seus signos de memória e importância cívico-nacional, especialmente perante os círculos de poder político das elites locais.

Ostentando uma carta-patente – título do Ministério da Justiça –, ou engendrando-se nas estruturas políticas da elite local como presidente do distrito, tais instrumentos possivelmente foram avistados por Nami Jafet enquanto resguardo, possibilidade de superação e inserção política perante desconfianças anteriores e presentes, mais do que propriamente interesses, como por exemplo, convenhamos, em organizar batalhões de milícias da Guarda Nacional entre aquelas terras envoltas de historicidades nacionais.

Nesse sentido, é necessário ressaltar o fato de que aquele estrangeiro, bem como aos demais de “patrícios” de sua colônia imigrante, cada vez mais tinham suas identidades confusas – e carregavam estranhamentos – na cidade e no Brasil. Vindo de terras onde ainda imperava o Crescente Otomano e por lá ainda se impunham regimes senhoriais sobre territórios, é de se aventar os possíveis sentidos que uma patente de “coronel” da Guarda Nacional sob uma localidade do Ipiranga poderia ofertar ao “patriarca” dos sírios de São Paulo. Nota-se ainda que esses esforços titulares e de notabilização política no Brasil, por Nami Jafet, ocorreram em tempos nos quais a jovem república brasileira entrou, oficialmente, em guerra contra os Impérios Centrais; e entre eles, o Otomano.

Se não tomaram corpo notícias de indústrias de “turcos” atacadas em decorrência da Primeira Guerra Mundial, como ocorrera com estabelecimentos de alemães e austríacos em cidades como Porto Alegre, Petrópolis e no Rio de Janeiro, ao menos, como, em alguma medida, questionava *O Combate*, a condição de estrangeiro explicitava contradições diante dos próprios esforços de distinção e afirmação dessas lideranças da colônia sírio-libanesa no Brasil. Ao “coronel” e dirigente “republicano-paulista” do Ipiranga, a Nami Jafet, um fato se impunha a si e seus “patrícios”: aqui chegaram com um passaporte “turco” e assim eram publicamente nomeados – e julgados publicamente quando de situações tensionadas.

32. Kurban (1933, p. 19-21).

33. Traad, Jafet e Najm (1917, p. 434-437).

O citado *Comitê Syrio-Libanez*, naqueles anos de guerra, por exemplo, nada mais era do que uma ampla articulação dos sírios e libaneses do Brasil para forjar aquilo que, em uma identidade pública, pudesse não apenas nos jornais e impressos árabes, mas, também nos principais periódicos do Brasil, sem maiores pudores, nomear a “raça turca” como “inimiga” e “opressora”³², e, por consequência dessa narrativa, proclamando os declarados “sírios” partidários do esforço de guerra junto a Entente e ao lado do Brasil. Sonhando ainda com uma independência de uma *Grande Síria*, em ato, constituía-se, antes de tudo, no declarar de uma opção: pela pátria de acolhida e seus aliados. O que incluía gestos variados, como doações vultuosas à Cruz Vermelha, na oportunidade de realçar ainda a condição de cristãos.

Como exemplo desse processo, citamos a mensagem à Câmara dos Deputados, assinada pela *Associação Patriótica Síria* – da qual Nami Jafet era um dos porta-vozes – que se apresentava como declarados “amigos sinceros desta hospitaleira terra, gratos e reconhecidos pela liberdade e justiça que nela têm encontrado”³³ e que diante disso conclamavam os “sírios do Brasil” que renegassem definitivamente quaisquer vínculos com os turcos-otomanos e, por assim, lutassem por uma definitiva sonhada independência.

Ainda que distantes dos combates do teatro europeu e mediterrânico, as ruas do Ipiranga não estavam plenamente amistosas; pelo contrário. Se o crescimento econômico da S. A. Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga, ao longo da década da Grande Guerra (1914-18), permitiu que os irmãos de Choueir passassem aos esforços de construção de suas identidades públicas na cidade. No entanto, as questões sociais emanadas das condições do trabalho em suas fábricas tomariam corpo, sobretudo, com a eclosão da Greve Geral de 1917.



Figura 5 - Auxiliares de Escritório da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga. Reprodução de trecho da Revista São Paulo Moderna. São Paulo 1919.

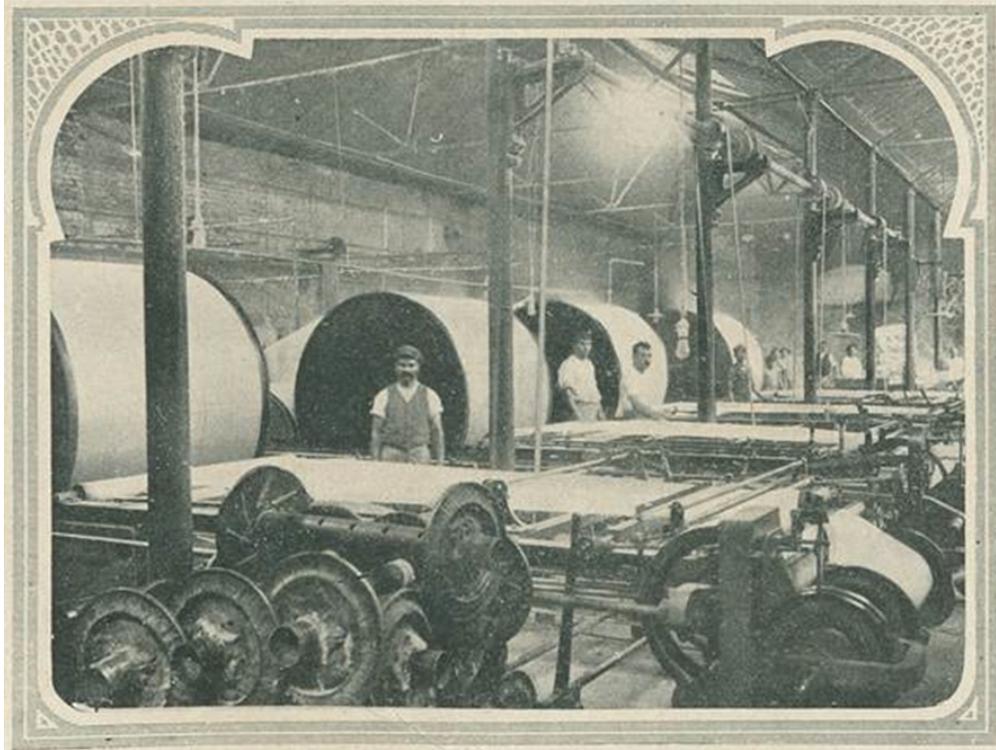


Figura 6 – Operários da sessão de Vaporização da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga. Reprodução de trecho da Revista São Paulo Moderna. São Paulo, 1919.

No bairro da “Fábrica”, como nomeavam os letreiros dos bondes da Light and Power que levavam os operários-tecelões aos pavilhões da companhia,³⁴ a Greve de 1917 teve um dos seus principais palcos no Ipiranga. Ressonando a greve que eclodiu dias antes na Mooca (no Cottonifício Rodolfo Crespi), a “greve dos tecelões” da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga começou como manifestação de mulheres operárias contra o turno noturno e a exploração de crianças neste. Condição irregular até para os parques regulamentos laborais de então, considerando que a firma *Nami Jafet & Irmãos* chegou a ser multada (em agosto de 1917) pela Secretaria de Interior do Estado de São Paulo, por infringir o Código Sanitário, que proibia o trabalho de menores à noite.³⁵

Tomaria corpo definitivamente, consolidando-se como Greve-Geral, após a repressão violenta que a polícia do distrito desgarrou sobre as operárias manifestantes, o que teria – segundo os noticiosos da capital –, gerado indignação e solidariedade entre os demais operários, jovens e velhos. Particularmente, diante das suspeitas de que a ação tenha sido feita a mando ou na conivência dos controladores da fábrica e do então, chefe político do distrito. Ou como ironizavam os jornais operários naqueles dias de setembro de 1917, sob as ordens de “Nami Jafet & Irmãos”³⁶.

34. Barro e Bacelli (p. 111) e Jafet (1956, p. 46).

35. São Paulo, 1... (1917, p. 2).

36. O movimento operário... (1917, p. 1).

37. Jafet (1947, p. 341).

38. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 550).

39. Ao que indicam as referências dos principais jornais da capital para o período em estudo, as greves entre os operários e tecelões da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga foram significativas e de adesão massiva entre os anos de 1917, 1918 e 1919.

40. A política - sobre os sucessos de São Paulo... (1919, p. 2).

41. *Idem*.

O fato é que o “terno estava cortado” – para ficar numa das expressões costumeiras de Nami Jafet diante de fatos consumados.³⁷ Ou seja, a indignação e solidariedade geral entre os trabalhadores da companhia que se seguiu com as denúncias de espancamentos e torturas pela polícia, relatados nos jornais operários da capital. Pelo julho de 1917, o tamanho da adesão à greve na *Ypiranga* era contado aos milhares de operários (entre mil e 2.000) de braços cruzados durante quase um mês. Os poucos teares que se moviam pelas mãos dos não aderentes ao movimento mantinham alguma pretensa produção numa fábrica guarnecida externamente pela Força Pública e cercada pelos operários em greve.³⁸

Mais representativo do impacto das greves³⁹ à imagem pública dos Jafet, e diante dos esforços anteriores de inserção política somados à violência da repressão pela polícia, podem ser observados em um debate acalorado na Câmara dos Deputados, pelo qual um deputado da então capital federal, Nicanor Queiroz do Nascimento, chamaria às falas seus homólogos paulistas acerca da notícia de abusos que, em 1919, no:

YPIRANGA – Na Fábrica do turco Nami Jafet [...] os operários foram espancados e presos. A União dos Operários do Brás está ameaçada de assalto.⁴⁰

Apartado pelos deputados paulistas, que associaram os eventos as coisas de disputas políticas entre grupos rivais da política nacional, emendou o deputado Nicanor Nascimento:

[...] Mas, no caso presente, há de notar que esse turco Nami, é o chefe governista do Brás [aqui provavelmente uma confusão entre o local da fábrica e a sede do sindicato respectivo] e é o único industrial que se recusou a conceder as oito horas de trabalho. Ora, sendo ele chefe político, dispõe das autoridades.

As respostas desencorajadoras dos deputados paulistas, todavia, não foram tão benevolentes ao proprietário nascido otomano – e correligionário do PRP. Inquiridos pelo deputado Nicanor Q. do Nascimento, conduziram a discussão para relativizar exclusivamente as denúncias contra a ação da polícia, seja dizendo que os “delegados do Estado eram bacharéis” e, desse modo, não se colocariam à disposição de “quem quer que seja”. E mais, que se ocorreram prisões, provavelmente advieram do fato que: “esse Nami não quer fazer concessões; naturalmente, os operários quiseram forçá-lo [...]”⁴¹.

Apresentar essas tensões de identidade, diante de seus reflexos sobre eventos próximos e citadinos, como as greves de 1917 e 1919, ou nas máculas que a própria guerra ou a identidade oriental (re)concebiam no Brasil, ajuda-nos

a entender como os sírio-libaneses vão gradativamente e, sobretudo, a partir de meados da década de 1910, engendrando-se em gestos públicos e de deferência ativa para com as elites locais. Tais esforços, no Brasil permitiam narrativas históricas amplificadas sobre possíveis, heranças comuns, heroicas, cristãs e fraternais como – e ao lado – dos brasileiros, e aos modelos dos *paulistas*.

Entre tantos, um particularmente se destaca por ser o mais público desses esforços de aproximação na cidade. Lançado ainda no conturbado setembro de 1917. O selo comemorativo “*Homenagem dos Sírios ao Brasil*” seria claramente o primeiro grande gesto de âmbito público da elite da comunidade em São Paulo, enquanto coletividade organizada. O intento daquela tiragem oficial de dois milhões de selos, feita em evento oficial com presença do governador Altino Arantes, era arrecadar fundos para a construção de um monumento daquela coletividade ao Brasil, destinado ao âmbito das comemorações do Centenário da Independência.⁴²

42. Jafet (1947, p. 343-345) e Duoun (1944).

43. No intuito de arrecadar fundos na colônia e fora dela, por ideia de Chucri Kouri e intermédio de Nami Jafet, foi lançado em 1917, com apoio do governo do estado de São Paulo, selo comemorativo da amizade sírio-libanesa com o Brasil. Em sua estampa: o Edifício-Monumento do Ipiranga.



Figura 7 - Selo Comemorativo – Homenagem dos Sírios do Brasil – 1822-1922. Tiragem de 1917. Acervo do autor.

Aos espelhos da terra paulista – e de sua elite –, a ideia creditada a Chucri Curi ganhara proclamas das “eternidades dos bronzes”. O escultor escolhido era ninguém menos que o italiano Ettore Ximenez (o mesmo escultor que vencera o concurso público para edificar o Monumento à Independência no Ipiranga), e o selo, por certo, estampava a imagem mais conhecida daquele bairro – o Edifício-Monumento –, entre dizeres sobre o intento de homenagem grafados em português e árabe.⁴³

44. Jafet (1947, p. 343-345).

45. *Idem*.

46. Lesser (2001).

47. Truzzi (2009, p. 76).

48. Bastani (1949).

49. Jorge (1944).

Nas palavras dirigidas às autoridades paulistas presentes, o orador escolhido – Nami Jafet – lançava tal homenagem aos “deveres” daqueles homens, assumindo algo que declaradamente teria uma “dupla função”. A primeira, por certo, era a de arrecadar fundos para a construção do monumento. A segunda, enlaçada em compromissos declaratórios: seja no afirmar que para os sírios seria o Brasil – e sua independência – os modelos inequívocos para o destino da terra deixada; e em última análise, a declaração do Brasil, como a pátria definitiva. Nas palavras de Nami, tais selos lançados às faturas comerciais daqueles homens os lembrariam da gratidão ao Brasil, e fariam que “seus pensamentos” fossem dirigidos “para as colinas do Ipiranga e de lá [...] para as alturas do Líbano e do Hérmon”⁴⁴.

O lugar-modelo na terra brasileira – associado à imagem do Ipiranga – seria o que permitia, segundo esse discurso, a razão do despertar de uma própria consciência nacional entre aqueles imigrantes. A indagação de Nami Jafet aos seus, na presença das autoridades paulistas, questionava: “quem jamais sonhou que as várias seitas da Síria iriam olvidar suas controvérsias na terra de imigração?”, declarando que “a formação do nacionalismo sírio” deveria seguir, por consequência, no “molde do brasileiro; que tem por esteio a liberdade e a independência” e cuja “a redenção dá bens e vida”⁴⁵.

Jeffrey Lesser observou esse processo de “negociação de identidades” como algo que se configurava, sobretudo, para os imigrantes não-europeus, como possibilidade de criação de imagens que pudessem ser entendidas como enlaçamentos entre os dois polos (identitários) da vida pós-imigração.⁴⁶

Destacam-se, nesse contexto de construção de uma identidade comunitária que se buscava “irmanada” aos brasileiros. As publicações literárias editadas por membros da colônia espelhavam para a imagem dos mascates a condição mítica de “errantes” e “desbravadores”, quase como um próprio “mito-fundador” dessa etnicidade no Brasil, como já notara Truzzi.⁴⁷ Nestas, os sírios e libaneses eram apresentados como sujeitos de importância singular na história do Brasil, e dignos de serem comparados aos bandeirantes paulistas, seja pelo desbravar dos sertões como “destemidos” ou, segundo essas narrativas, como determinantes na construção de riquezas que poderiam ser verificadas por meio da prosperidade da colônia ou da participação do grupo étnico no desenvolvimento do comércio urbano no Brasil.

Em *Memórias de um mascate – o soldado errante da civilização*, Tanus Jorge Bastani escreve um livro de memórias, pelo qual ibéricos, bandeirantes e mascates imigrantes são fases de uma única epopeia brasileira nas Américas.⁴⁸ Salamão Jorge, por sua vez, em *O árabe na civilização brasileira*,⁴⁹ já com um discurso influenciado pelo pan-arabismo, oferece a seu texto inserções que procuram diálogo com as bases da construção de uma identidade nacional brasileira durante o Estado-Novo. Neste, publica uma leitura auspiciosa e selecionada de Gilberto Freyre e de José Mariano Filho sobre a “influência moura” na colonização do Brasil, o que por consequência, lançava os

árabes⁵⁰ como presentes na gênese – mítica – da formação da cultura e do povo brasileiro, por meio de supostas heranças do Al-Andalus.

Frisa-se, também, que os livros de memória editados pelos Jafet eram publicados em árabe e em português no mesmo volume, o que indica uma dupla necessidade de afirmação: a manutenção dos vínculos de liderança para com o grupo étnico-imigrado, ao passo que os esforços de diferenciação e distinção social estavam sendo construídos – como memória – na cidade.

50. Como categoria pan-étnica, que englobaria todos os falantes do árabe.



Figura 8 - Uma das logomarcas da Nami Jafet & Irmãos. Destaca-se na imagem um homem que pela força rompe suas amarras e corta um grilhão da escravidão. Sobre a alegoria da colina do Ipiranga em uma aurora, são apresentadas as datas de constituição da firma de comércio (1893) e da fundação da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga (1907). Reprodução de trecho da biografia Antônio Jafet. São Paulo: Acervo do autor.

No âmbito deste artigo, sobre o lugar que o Ipiranga foi sendo significado para os Jafet e a construção desse lugar discursivo por meio do conjunto dos palacetes, destacamos como essa estratégia de negociação de identidades serviu àquela abastada família para além do nome propriamente hifenizado do complexo industrial. A relação “Ypiranga – JAFET” se consolidou como uma simbiose propositada do lugar de memória da terra paulista com a própria imagem da família na cidade. Mais do que uma possibilidade discursiva, de memória ou associada exclusivamente à indústria, essa relação foi deliberadamente marcada pela opção de morada – burguesa e reconhecida no bairro da Independência.

Como procurei enunciar, as estratégias de associação “do dever dos sírios” para com o Brasil e sua independência no âmbito das comemorações do Centenário foram exitosas para grupo étnico, mas, particularmente, projetaram suas lideranças ao convívio de uma imagem pública e politicamente reconhecida

51. Falecimento do grande industrial Sírio... (1923, p. 1).

52. Jafet... (1924).

pelos elites da cidade ou ao menos noticiada como tal, e sobre os signos que a vitrine da ascensão econômica e a mobilidade social decorrente lhes propiciava.

A repentina morte de Nami Jafet (1923), poucos meses após as comemorações do *Centenário*, não interrompeu esse processo afirmativo, pelo contrário, delineou aquilo que nas décadas seguintes seria constantemente reafirmado: o lugar de memória dos Jafet – e de seus próceres – na cidade sobre o lugar-memória do Ipiranga.

A cobertura da morte de Nami Jafet, por exemplo, lançou muitas páginas nos principais jornais da capital. Nenhuma delas em que a palavra “Ipiranga” não se fizesse repetidamente presente e associada às honras “públicas” do falecido. Até o anteriormente arredo *O Combate*, não se ausentou do grifo sobre “falecimento do grande industrial sírio nesta capital”⁵¹.

Entre tantos noticiosos, destaca-se a cobertura que a revista *A Cigarra* dedicou àquele que denominou como “cavaleiro”, “industrial” e “professor”. Nas cinco páginas dedicadas à morte de Nami Jafet, destacam-se fotografias da saída do caixão pelas escadarias de seu palacete na Rua Bom Pastor, nas quais as honras ao morto podiam ser descritas nos seguintes termos:

Basta olhar para o Ypiranga. Basta atentar-se para a longa estima que o Cavaleiro Jafet conquistou não somente entre a colônia síria, mas no selo da população paulista e brasileira.

Outro periódico, *A Vida Moderna*, não limitou adjetivações, ao resumir pela relação entre o falecido e o bairro onde residia:

[...] dizer mais de Nami Jafet, basta olhar-se hoje para o bairro do Ipiranga, onde centralizou a sua atividade, e que é um atestado vivo de sua energia e da sua força de trabalho. Onde a vida existia parcamente, em afastados casebres, em vendinhas à beira da estrada, iniciaram-se obras, constituíram-se os edifícios das fábricas, cheios de fumaça negra das suas chaminés espaldiformes deitando ao céu suas baforadas como a mais viva bandeira do progresso.⁵²

Em *A Vida Moderna*, ainda, o conjunto de registros fotográficos e fotomontagens procura ressaltar a imagem de uma coesão familiar. Percebe-se isso por meio do destaque aos ritos fúnebres ortodoxos, às mulheres da família enlutada e, sobejamente, pela página inteira dedicada ao cortejo fúnebre a pé, que contorna os muros da Fábrica no Ipiranga, pela qual, uma legenda avisa ao leitor que este percurso atendeu os desejos deixados pelo morto.

Esse rito de honra, que envolveu, primeiramente, a figura de Nami Jafet para com o seu lugar ao Ipiranga, enquanto discurso, tornou-se algo que seria

repetido nos anos seguintes em biografias e homenagens aos chefes dessa família na cidade. Seus sucessores reconhecidos – irmãos, filhos e sobrinhos, de empresários e até políticos – continuaram a reafirmar publicamente esse legado quase que “umbilical” dos Jafet e o bairro, o que produziu uma vasta gama de narrativas presentes no imaginário e memória sobre o bairro, ainda que margeado altivamente ao lugar da Independência. Vale notar que uma consolidação dessa imagem persistiu exitosa mesmo após a concordata do ramo têxtil das indústrias da família em 1965 (durante a Ditadura Militar), e a gradual saída dos descendentes e herdeiros dos Jafet do bairro, na segunda metade do século XX. Ao momento que alguns dos palacetes, vestígios inegáveis de uma pujança material de outrora, podiam até ser demolidos para dar lugar a empreendimentos imobiliários de apartamentos e comerciais de pequenas lojas.

O Ipiranga das estradas e passagens, quase que como uma própria travessia, foi o lugar definitivo onde os Jafet assentaram sua morada.



Figura 9 - Trecho do filme: “Funerais do Comendador Nami Jafet”. Filmado em São Paulo: 1923. Acervo: Cinemateca Brasileira.

AS MORADAS DO JAFET – DEPOIS DA FÁBRICA À CONSTRUÇÃO DE UMA VIZINHANÇA EM UM SINGULAR IPIRANGA

Como destaquei no início do artigo, os Jafet, por muito tempo, foram referências para a coletividade sírio-libanesa em São Paulo. Essa proeminência que se manifestava inicialmente como signos de liderança, ação política e engajamento econômico também apontava, aos demais imigrantes, sentidos de distinção e ascensão social. Olhares destinados especificamente ao lugar da habitação demonstram que a vida nos palacetes foi, igualmente, pioneira dentro do grupo étnico, porém tomando escolhas exclusivamente próprias: o destino ao Ipiranga.

Muito antes que os padrões de habitação burguesa dos palacetes se mostrassem uma possibilidade aos sócios da *Nami Jafet & Irmãos*, como muitos outros

53. Ellis Junior (1934, p. 199).

54. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 550).

55. Homem (1998)

que constituíram seu primeiro comércio nas imediações da Rua 25 de Março – aquele leito de passagem dos operários, que seguiam o caminho entre a Estação da Luz na direção do Mercado Municipal – a moradia por certo, naquele momento, era coletivizada, precária e contígua à casa comercial.



Figura 10 - Reprodução de trecho da Revista São Paulo Moderna. São Paulo, 1919.

Confundida entre os estoques, ao máximo, quando melhores situações materiais permitiam alguma ascensão, esta era feita, literalmente, pela edificação de um segundo pavimento dedicado à moradia acima da loja. Ainda que o residir sobre o comércio fosse algo sonhado e confortável àqueles que por anos dormiam nas ruas como mascates, o fato é que essa indissociação da vida privada com as atividades comerciais era algo que, nas palavras – nada amistosas – do paulista Ellis Jr se constituía como claros “pardieiros” [...] “desta estirpe imigrada”⁵³.

Quando alguma primeira possibilidade de destinar algum capital exclusivamente à moradia e em áreas propriamente residenciais foi possível de ser aventada para os Jafet, foi a mudança para as ruas do bairro do Paraíso que se efetivou.⁵⁴ Em uma cidade na qual os padrões da vida burguesa europeia tinham se tornado símbolo de poder e distinção,⁵⁵ foi nessa proximidade com a Avenida Paulista, que os Jafet – assim como outros sírios e libaneses remediados – encontraram a primeira sepa-

ração das suas casas: a de residência e a de comércio. Nesse momento, ao que tudo indica sem grandes aspirações de distinção na cidade, mas já como um primeiro movimento de diferenciação dentro do grupo étnico-imigrante. Todavia, efetivado, antes de tudo pela contingência da ausência de espaço nas habitações anteriores e na busca por um conforto mínimo, conforme os filhos nasciam e os estoques de mercadorias (e o capital) aumentavam, mais do que por um esforço exclusivamente de diferenciação ou de distinção social claramente estabelecido.

Ainda replicando um bairro de presença étnica gradativamente presente, a vida junto às imediações da Rua do Paraíso, por mais privada que fosse em relação à vida rua de comércio anterior, não era algo que, depois da vida entre os palacetes do Ipiranga, seria lembrado pelos Jafet sob palavras que enunciariam alguma ideia de mobilidade social ou orgulhos mais significativos. Muito pelo contrário. Especialmente porque, nesse momento, a grande marca da habitação era dada pela vida em padrões ainda razoavelmente coletivizados (não unifamiliares) ou – como na lógica levantina – conservando o convívio de uma família patriarcal estendida à parentela. Agravada pelo fato que, eventualmente, ainda viviam sob a condição de inquilinos e não propriamente de senhores!

Conta a memória de Angela Jafet, em exemplo, sob seus tempos de criança:

Nós todos [em referência à segunda geração] nascemos na Rua Florêncio de Abreu. Quando eu tinha seis anos, fomos para uma casa enorme na Rua do Paraíso. O aluguel na época era de dois cruzeiros [pela datação, alguma coisa em réis] – ninguém podia falar, era uma loucura, uma vergonha! Depois demoliram a casa, a Brahma comprou.⁵⁶

Seria desnecessário aqui reconstruir os sentidos que, em São Paulo, os palacetes consagraram entre as elites paulistas – tanto das oligarquias paulistas quanto de imigrantes. Márcia Cecília Naclério Homem, em *O Palacete Paulistano*,⁵⁷ esclareceu que estes se constituíram como um *modus* de vida na cidade, cujos os símbolos de distinção, para além de incorporarem preocupações com higiene e privacidade tomados dos modelos burgueses europeus, estabeleceram em São Paulo novos padrões e programas de moradia urbana de elite. O que significava, inclusive, a delimitação de espaços privados e hierarquizados, assumidos como representativos do próprio núcleo familiar, em arquiteturas *parlantes*, visíveis às ruas da cidade.

Neste momento, antes de abordarmos a historicidade da construção dos palacetes dos Jafet, mostra-se necessário um breve olhar sobre o próprio conjunto, ou sobre os sentidos que mais de uma dezena dessas residências de elite impuseram, encimadas, a imagem do próprio bairro, por meio da construção de uma vizinhança⁵⁸ coerente e hierarquizada no Ipiranga, entre o Museu e a Fábrica.

Máximo Barro & R. Bacelli, no conhecido trabalho sobre *O Ipiranga*, ainda que com observações desconfiadas sobre o aspecto da arquitetura, adjeti-

56. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 557).

57. Homem (1998).

58. Seguindo o conceito de “vizinhança” partilhado por: Marins (1998, p. 131-214).

59. Barro e Bacelli (p. 86).

60. Barro e Bacelli (p. 64-65).

61. Foram entidades solicitantes do pedido de tombamento dos palacetes remanescentes edificados pela família Jafet: a Associação Cultural Pró-Parque Modernista e a SPR - Sociedade de Preservação e Resgate de Paranapiacaba.

62. Compresp - PA n° 1991-0.005.386-6 (1990, p. 3).

63. Knowlton (1961, p. 117).

64. Lemos (1987, p. 88-89).

65. Cristofi (2016).

66. Toledo (1987).

vadas como “de gosto duvidoso”⁵⁹, não se ausentaram de notar que “a rua Bom Pastor, nos dois quarteirões que ladeiam o Museu, será ocupada, ela sim, por uma recriação ostentatória da Avenida Paulista”⁶⁰. Ao DPH – nos mesmos anos posteriores à redemocratização do Brasil –, um pedido assinado por entidades da sociedade civil,⁶¹ e, àquela altura, muito mais afeito aos sentidos da memória dos palacetes em meio à cidade, conclamava pelo tombamento dos remanescentes que em retrato, também, poderia ser justificado:

[...] pelo seu significado histórico em relação ao bairro do Ipiranga [...], pela sua ambiência ao Parque da Independência, pela qualidade da arquitetura [...] (similar ou superior aos casarões já desaparecidos da Avenida Paulista)⁶²

Um curioso registro da percepção da construção de uma imagem de um bairro senhorial e de elite no Ipiranga, anteriormente, fora oferecido pelo sociólogo estadunidense Clark S. Knowlton. Com o olhar próprio de um estrangeiro dedicado a pensar a mobilidade social e espacial dos imigrantes sírios e libaneses em São Paulo (doutorado - Universidade de Vanderbilt, sob orientação no Brasil, de Florestan Fernandes), Knowlton notou que, ao momento da enunciação da saída da morada junto aos prédios da Rua Florêncio de Abreu, foram “as famílias de atacadistas as mais cotadas da colônia [...] que mais tarde foram as que se mudaram para a Avenida Paulista e para o Ipiranga”⁶³.

Distante do período construtivo, escrevendo nos anos 1950, a notação de Knowlton nos é reveladora: o esforço de construir palacetes, em vizinhança não cindida destes com o lugar de memória do Ipiranga fora tão exitosa que, naquela altura do estudo, poderia ser observada por uma coerência urbana e, sobretudo, pela representatividade desse espaço e paisagem, marcado por arquiteturas que – no relato de Knowlton – assumiam importância homóloga e equiparável com as da avenida que, Carlos C. Lemos, resumiria, anos depois, por não haver “designativo maior de alto status que morar ali”⁶⁴.

Quase como um “bairro dentro do bairro”, todavia sem parecer algo segregado – pelo contrário –, o conjunto de uma dezena de palacetes dos Jafet no Ipiranga manifestava coerência, ambiência e vizinhança quase que aristocrática no Ipiranga. Ao lado ao Edifício-Monumento, com clara eloquência de ornamentos, e em arquiteturas de estilos diversificados – algumas marcadas por acentos orientalistas⁶⁵ – uma faustosa materialidade, lançava o signo da presença dos Jafet em São Paulo.

Aos poucos, membros da elite da colônia sírio-libanesa em São Paulo, que um processo similar – a busca pelo morar em palacetes – chegou a ser uma realidade, certamente, parafraseando, B. Lima de Toledo: foi o ascender ao alto da avenida projetada por Joaquim Eugênio de Lima, que significou “o conagraçamento ao seio de uma classe”⁶⁶ e uma “meta de inserção social”. Aos imigrantes sírio-libaneses que

à Avenida Paulista ascenderam,⁶⁷ sem poupar capitais, fizeram-no – na maioria das vezes – reformando residências já pré-existentes, das quais a Mourisca (o Palacete de Abraão Andraus – projeto do italiano Giuseppe Câmera), sem dúvida, foi a maior marca na memória e ícone no imaginário da cidade.⁶⁸

67. Cristofi (2016, p. 182).

68. *Idem*.

69. Truzzi (2009, p. 107).

Aos Jafet, por sua vez, não foi apenas “uma mudança” para o Ipiranga que se observou. Para estes últimos, por iniciativa, escolha e cabedais próprios, foi necessária a construção dessa própria vizinhança, transformando as tais cercanias da Rua Bom Pastor (um antigo leito carroçável, de terra batida, com traçados ainda de tempos coloniais) gradativamente em algo que pudesse ser materializado e reconhecido entre as imagens dos palacetes mais enobrecedores. O que, no âmbito dos valores materiais, significava para além da ascensão representativa ao âmbito de uma restritíssima classe. O Ipiranga permitiu-lhes nesse processo, algo que lhes era único: a vizinhança mediada entre o lugar de memória da Independência em uma margem, tendo por outra a fábrica que os sustinham como poder econômico – e lançava braços na inserção política local e na construção de uma territorialidade.

Em resumo: a essa altura, os Jafet podiam começar a dizer que tinham mudado o Ipiranga, mais do que se mudado para lá. O que, do ponto de vista social e de distinção, significava “um passo a mais no processo de diferenciação do grupo étnico”, como já notara Truzzi.⁶⁹

Pela colina, o lugar de morada dos Jafet ao alto. O que simbolicamente os posicionava quase que mediando a transição da paisagem – ou como outra passagem eivada de representatividade – no que poderia se avistar entre a imagem de um passado nacional (o lugar de memória do Brasil) de um lado; e o presente, naquilo que as indústrias poderiam significar enquanto retratos de progresso e desenvolvimento capitalista na São Paulo da Primeira República. Estes últimos asseverados dialeticamente com a marca do “eu”. Todavia, em sentido associado à condição da imagem familiar, ou no grifo de “os Jafet”.

Do ponto de vista do olhar sobre a construção dessa vizinhança, os quarteirões entre as ruas Bom Pastor, e na paralela, Rua Costa Aguiar, ressaltam ainda um processo de criação de urbanidade de padrões próprios, especialmente, se confrontado com as demais tipologias ou feições das residências do Ipiranga, que também se construía, frisa-se – no mesmo período – como um bairro operário. Especialmente, nas áreas adjacentes das indústrias e do leito da São Paulo Railway, e, igualmente, nas áreas de transição do aspecto rural ou de terras devolutas para um bairro de classe média urbana, na região das cercanias da Rua Nazaré.

Nesse sentido, notamos que melhoramentos urbanos dessa área quase que “senhorial” dos Jafet (entre a Rua Bom Pastor em direção às várzeas do Tamanduateí) foi, substancialmente, implementado ou agenciado politicamente pelos sócios da companhia.

70. Câmara M. de São Paulo - expediente da Secretaria do Interior... (1920, p. 9) e Câmara M. de São Paulo - expediente da Secretaria... (1920, p. 6).

71. Barro e Bacelli (p. 81).

72. Barro e Bacelli (p. 64).

Seja por intervenções diretas (e às suas expensas) ou pelas posições políticas que possuíam, visto a condição de mando do PRP no bairro. A existência de proclames da municipalidade no *Correio Paulistano* que falam sobre permutas de terrenos daquela família com o poder público, especialmente nas proximidades da fábrica, apontam para essa ação decisiva e orientada de intervenções no traçado urbano.⁷⁰

Em um exemplo de uma dessas permutas, Nami Jafet cede uma área próxima à fábrica para a construção de um jardim infantil (atual Praça Nami Jafet), o que constituiu, interessantemente, na materialização de uma discreta transição da paisagem entre a indústria e seu palacete (finalizado em 1921). Da mesma maneira, às suas expensas, não encontra dificuldades para realizar o calçamento com paralelepípedos do trecho da Rua Bom Pastor defronte ao seu palacete, antes mesmo que tal melhoria urbana fosse concluída na recém-aberta Avenida Dom Pedro I.⁷¹

Urbanização que não seria totalmente observada sem tensões, por certo. Em um bairro igualmente marcado por leitos de estradas ainda carentes de retificação ou calçamento, a existência de relatos de protestos populares contra os lamaçais que se formavam em áreas baixas do distrito depois das chuvas, e que, por consequência, contrastavam com aquilo que se observava nas ruas abastadas do entorno do Monumento Nacional.

Ainda que inevitavelmente essas diferenças fossem marcantes pelos padrões e materialidades de moradia, em alguma medida, as ações dos Jafet no Ipiranga serviram, também, para a construção de uma vizinhança que, ao longo do tempo (e nas décadas seguintes), diluiu alguns desses contrastes. Sem negá-los, o que seria impossível diante dos referidos padrões e programas dos palacetes, e até indesejado diante da lógica hierarquizada das moradias, o que incluía residências de subalternos da companhia Ypiranga-Jafet, que ocuparam:

Os quarteirões seguintes serão ocupados pelos subalternos dos primeiros, como chefes de escritório, mestres e operários especializados, chefes de produção, etc. Com eles se mesclaram os donos de lojas de armarinhos, panificadoras, armazéns, bares e farmácias.⁷²

Essa lógica de construção de uma hierarquia deve ser observada inclusive diante das intervenções sobre o território, pela qual os irmãos-sócios da companhia (especialmente, Nami e Basílio) e seus sucessores assentaram-se simbolicamente morada como vizinhos condignos do Museu, e ao longo da Rua Bom Pastor. Sendo seguidos por outros palacetes junto à Rua Costa Aguiar (paralela), por onde, principalmente os demais filhos e genros construíram os palacetes de seus respectivos núcleos familiares. Observa-se, nessa disposição, inclusive, certa lógica de precedência dos filhos primogênitos e dos homens perante a posição dos palacetes dos genros.

Em estilo e desenho arquitetônico objetivamente, tais palacetes dos Jafet procuravam se diferenciar visualmente uns dos outros. Processo que, ao mesmo

tempo que consagrava os novos núcleos familiares em igualdade material com os demais membros da família, também os distinguia, conservando, assim, sentidos de dignidades e honras próprias do “dono” do lar. Algo que, aos demais enriquecidos sírios e libaneses de São Paulo, em modelo de ascensão social, assumia:

[...] dinâmica do “igual ou melhor” [...] Uma sucessão de ocorrências arquitetônicas, de exuberância e suntuosidade material marcantes. E ao que tudo indica, iniciada entre esses “patricios” levantinos com a edificação do Palacete de Nami Jafet e Benjamin Jafet, nas cercanias do Museu Paulista.⁷³

Lógica que pela jusante-vizinhança do território, ao longo da Rua dos Patriotas, derramaria espaço para habitação de funcionários de mando (remediados) até a chegada junto à própria fábrica. Nas terras próximas a esta última, nas várzeas do Tamanduateí, pelos anos 1940-1950, somou-se ainda o esforço da companhia em garantir oferta de mão de obra e conter maiores insatisfações trabalhistas, por meio de iniciativas de alguma estrutura de bem-estar social. Seja na construção de uma vila operária ou, posteriormente, de um edifício de apartamentos. Algo que no bairro ganharia o epíteto de “o Pombal” devido à quantidade de pequenos apartamentos.⁷⁴

Como São Paulo, o Ipiranga também assistia, assim, a construção de uma vizinhança e ambiência urbana não necessariamente conflituosa, que diluía, sem negações mais rígidas sobre a paisagem, a clara existência de classes e grupos sociais diversos em meio a uma cidade em franco crescimento urbano-populacional.⁷⁵ As tensões sociais emanadas das condições do trabalho, de padrões de moradia e da salubridade nestes bairros fabris se faziam presentes irredutivelmente. O que não significou, no Ipiranga, impossibilidades para os objetivos de distinção de suas elites, pelo contrário.

O que indicamos até aqui, é que os Jafet – em seus esforços narrativos, de intervenção urbana e de reconhecimento público – já na década de 1920, atuam propositadamente no Ipiranga, não por uma possibilidade de ordem simplesmente do acaso, como pode ter sido na oportunidade econômica da compra de terrenos baratos para a unidade industrial. Mas, a partir dessa presença fabril, na constituição propositada de um singularizado lugar de distinção, ação, reconhecimento e inserção político-social na cidade por meio do signo de importância que o Ipiranga poderia oferecer. Como já pretensamente anunciava, Nami Jafet, sobre certos valores de reconhecimento sobre o lugar-de-memória do Ipiranga, ainda no ano de 1917.

Como demonstram as próprias arquiteturas e materialidade luxuosa dos palacetes da família (e às expensas nestas depositadas), a escolha pela morada no Ipiranga foi um processo construído, e que gradativamente engendrado, procurou, pela associação ao lugar de memória do Ipiranga, afastar máculas anteriores e enobrecer o sentido de progresso material daqueles homens também pela arquitetura dos palacetes.

73. Cristofi (2016, p. 241).

74. Barro e Bacelli (p. 111).

75. Marins (1998, p. 175).

Tal materialidade também oferecia outra possibilidade de reconhecimento público, diante da associação direta ao progresso econômico que se avistava como avizinhada dos símbolos da República no Brasil. Esta última, que triunfante e sob forte influência das elites de São Paulo, também sacralizava a face definitivamente *paulista* e *brasileira* do Ipiranga, particularmente, diante das comemorações do *Centenário da Independência (1922)*, que coroada com a materialização do Monumento à Independência (obra de Ettore Ximenes), fora o evento público mais acompanhado e aguardado naqueles anos.

A própria historicidade do processo de edificação dos palacetes e suas posições ao longo das cercanias das ruas do Ipiranga, demonstram uma caminhada, literalmente, de aproximação e ascensão em direção ao alto da colina histórica e seus sentidos representativos.

OLHARES ATRAVÉS DOS MIRANTES DO IPIRANGA: UMA CAMINHADA EM DIREÇÃO AO ALTO DA COLINA HISTÓRICA

Como primeiro e mais familiar lugar, o primeiro dos palacetes dos Jafet ergueu-se mais próximo das terras baixas do Ipiranga. O senhorio era o mesmo pioneiro da imigração, que ao empunhar a matraca, conhecera alguns dos caminhos dos sertões do Brasil. Àquele que fora outrora mascate, a primeira almejada morada, enquanto um palacete, tinha um lugar claramente estabelecido pela proximidade: o do trabalho – e seus símbolos.

A escolha do Ipiranga para Benjamin Jafet, no que indicia o contexto de sua produção e sua posição na urbanidade do bairro, estava diretamente assentada diante do cargo e das funções de administrador-geral da fábrica desde o aterramento à construção, e daí, quando os teares mecânicos começaram a ranger, como diretor-presidente daquela companhia têxtil. Como um tocador de empreitadas, coube a Benjamin Jafet acompanhar *in loco* as questões fabris, já que os demais irmãos continuaram dedicados aos afazeres comerciais pelos escritórios da Rua Florêncio de Abreu.⁷⁶ Muito antes que a *Nami Jafet & Irmãos* conseguir a instalação do primeiro ramal telefônico que encurtava a distância do Ipiranga à cidade, ou seja: a comunicação da fábrica aos seus escritórios; Benjamin Jafet e sua família já haviam se mudado para uma antiga casa existente junto aos caminhos históricos da Rua Bom Pastor. Como deixou registrado, em relato, Alexios Jafet, sobre sua infância no Ipiranga:

[...] meu pai [Benjamin Jafet] e a família dele saíram da Florêncio de Abreu e foram para uma casa provisória, que já existia na Rua Bom Pastor. O primeiro Jafet que nasceu no

Ipiranga fui eu. [...] O Ipiranga era um lugar maravilhoso, todo verde, com muito capim barba-de-bode e o Museu, não tinha mais nada lá.⁷⁷

O palacete de Benjamin Jafet no Ipiranga, o pioneiro, seria edificado entre 1910 e 1912, junto à Rua Xavier Curado, no entroncamento com a rua Agostinho Gomes. Seus intentos apresentam-se tão objetivos como os poucos passos que aquele administrador destinava, a partir de então, até seus afazeres propriamente de um tocador do dia a dia do ramo industrial dos negócios da família. Apenas um lote – em quadra vazia – conservava a distância entre os pavilhões da fábrica e sua residência no Ipiranga.

Quase que como uma distância protocolar – e de paisagem – entre a rua de entrada dos operários-tecelões e a da morada do presidente da companhia têxtil. De tão protocolar e resguardo, a área inicialmente foi apenas ocupada por uma quadra de tênis e esportes, que era usada pela família⁷⁸ e, eventualmente, por alguns dos funcionários.

Não nos parece de pouca importância o fato de que outrora ambulante de longas distâncias, e, que, portanto, muito dormiu ao relento ou acampado, desejasse construir sua morada paulista aproximada do lugar de trabalho. Nesse sentido, podemos conjecturar que ao primeiro dos Jafet no Brasil, a morada burguesa estava diretamente umbilicada com a representação de uma conquista.

Justificava-se, assim, o lugar da residência como resultado de uma jornada vitoriosa, que, por essência e posição, não buscava necessariamente afastamentos entre as noções de vida privada, familiar e de capitalista. Na amálgama própria daquele homem em sua imagem pública e ressignificada no Brasil.

Se as linhas neoclássicas e as duas colunas que se erguiam no pórtico da residência contam alguns dos traços do que foi o imponente Palacete de Benjamin Jafet, nos seus poucos registros iconográficos remanescentes, outro aspecto também se revela, quase como um intuito de relação com as edificações da terra brasileira. Seja na aparente composição avarandada da casa, bem como, na imagem neoclássica aproximada difusamente das feições do grande Edifício-Monumento que Tommaso Gaudenzio Bezzi compôs para o Ipiranga. Ainda que razoavelmente mais distante, espacialmente, do edifício-sede do Museu Paulista, alguma vizinhança das formas da arquitetura era estabelecida e procurava, nesse sentido, outra aproximação.

Olhares lançados desde o adro avarandado do palacete de Benjamin Jafet – por meio de registros fotográficos – em direção à rua não deixam dúvidas da relação entre o palacete e a fábrica. Sem nenhum embaraço, o que se avistava era uma das colossais chaminés da fábrica, revelando-se ao centro do complexo fabril, quase como uma *coluna de Trajano* daquele homem em seu virtuoso e último Al-Majhar.⁷⁹

77. *Idem.*

78. Segundo relato-memória de Arthur Jafet a esse pesquisador. Entrevista realizada no segundo semestre de 2021.

79. Aos imigrantes levantinos, “Al Majhar” pode significar algo como “terras da imigração”, ou simplesmente “diáspora árabe”. Foi também o nome do movimento literário iniciado por escritores de língua árabe que emigraram para as Américas, entre eles Kahlil Gibran.



Figura 11 - Residência de Benjamin Jafet, na revista “Os Astros”, editada em árabe. Acervo: Artur Jafet.



Figura 12 - Vista da Fiação, Estamparia e Tecelagem Ypiranga, desde a Residência de Benjamin Jafet. Acervo: Artur Jafet.



Figura 13 - Fotografia: Vista parcial da Residência de Benjamin Jafet (à direita); e de João Jafet (ao fundo, à esquerda) - Acervo: Artur Jafet - Vista da Fiação, Estamparia e Tecelagem Ypiranga, desde a Residência de Benjamin Jafet - Acervo: Artur Jafet.

Tal proximidade orgulhosa do palacete de Benjamin Jafet com a fábrica é tão clara quanto interessante, se comparada aos movimentos inversos que a elite paulista começava a percorrer, com o gradativo afastamento das várzeas da velha Piratininga, cada vez mais tomadas pelas indústrias, pelas linhas férreas e, particularmente, pelo furor da vida dos bairros operários.

Plantas remanescentes da construção permitem afirmar que o referido palacete foi obra do escritório *Malta & Guedes*.⁸⁰ Carimbadas e assinadas para o ano de 1912, tais plantas apontam para a ação criativa do engenheiro-arquiteto Francisco Salles Malta Jr. Junto com seu sócio Henrique Jorge Guedes,⁸¹ ambos engenheiros-arquitetos formados pela Escola Politécnica de São Paulo, constituíram-se como o principal escritório de arquitetura contratado pelos enriquecidos sírios e libaneses, desejosos de serem senhores de “palacetes”.

Contam-nos registros de memória – e a bibliografia – que os engenheiros-arquitetos *Malta & Guedes* se tornaram tão requisitados pelos sírios e libaneses exatamente por oferecerem a esses homens uma gama de faustos desenhos e, particularmente, demonstrarem capacidade de compor utilizando os melhores e mais requisitados artífices de ornamentos e mobiliários da cidade, bem como, sem constrangimentos, compondo detalhadas e opulentas arquiteturas aos desejos mais íntimos desses potentados, pouco comedidos ou acanhados ao momento da ascensão à vida palacetiana e de luxo.⁸²

Processo e relação entre contratante e contratado costumeiramente lembrado pelas memórias dos descendentes desses senhores de palacetes, tão afeitos às questões de confiança e reconhecimento de valores associáveis a uma ética do trabalho e entrega efetiva do vendido. Soma-se a isso o fato de que os Jafet serviam como trajetórias modelares aos demais que ascenderam à condição de uma elite da colônia sírio-libanesa. Algo que permitiu a ambos os sócios-arquitetos uma grande vitrine diante das redes de sociabilidade inerentes a essa coletividade de imigrantes desejosos de edificar residências de elite.

Nesse âmbito, citamos a título de exemplo o que registrou Aleixos Jafet (filho de Benjamin Jafet) sobre a historicidade desse processo e, especialmente, sobre a relação dos chefes de sua família com Francisco Salles Malta Jr, bem como pelo residir no Ipiranga:

[...] meu pai [Benjamin Jafet] construiu a casa definitiva, que ficou pronta em 1912. Tio Basílio também quis a casa dele. Como quase não havia material de construção aqui, quase tudo foi importado: a madeira do telhado era pinho-de-riça; os móveis de castanheira; as telhas, francesas; e os mármore vieram da França. [Os Jafet] tinham um amigo que era engenheiro, o senhor Malta. Foi ele quem construiu as casas do Ipiranga: a nossa tinha 1500 metros² e foi a primeira. A do tio Nami, a segunda, começou em 1919 e terminou em 1921. Ele faleceu em 1923, morou pouco lá. Em seguida foram as do Nagib e da Leonor, minha irmã.⁸³

80. Arquivo Municipal de São Paulo. Acervo de “Obras Particulares”. Consulta para a Rua Agostinho Gomes, 1912.

81. Henrique Jorge Guedes, já reconhecido engenheiro-arquiteto, chegou a ser prefeito de São Paulo, durante o conturbado ano da Revolução de 1932.

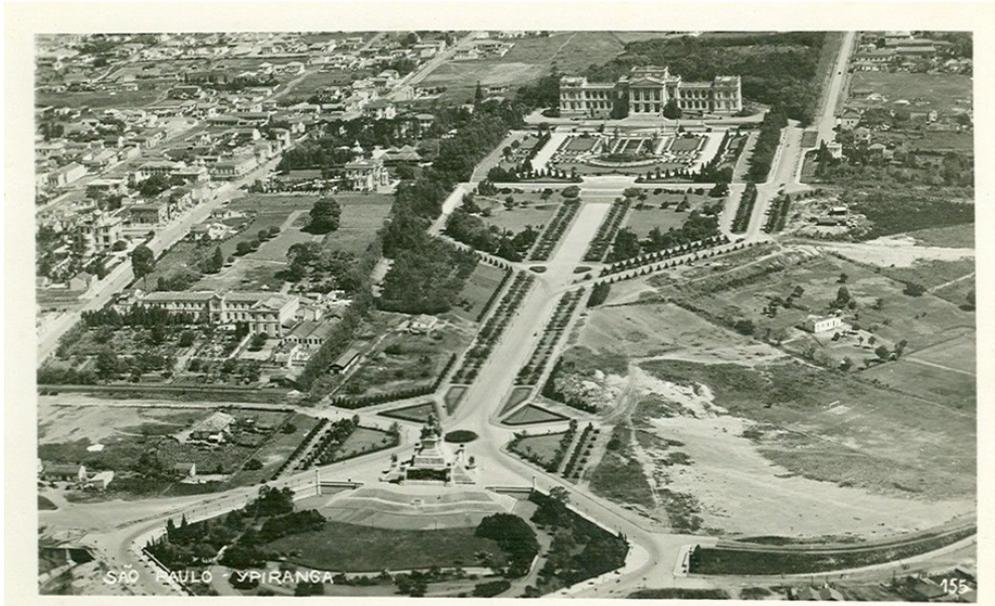
82. Cristofi (2016, p. 241) e DIB (1987).

Sobre a escolha pela morada no Ipiranga – como no relato acima –, é necessário um notar sobre essa própria opção deliberada, naquilo que podemos nomear como um movimento aceito e replicado – sem fugas substanciais – pelos vários núcleos familiares dos Jafet. Intervenções sobre a territorialidade que acabariam, sim, por manifestar-se, ao longo do tempo, a consolidação de uma paisagem ao bairro nas cercanias da Rua Bom Pastor, e de uma imagem social e familiar aproximada sobre o lugar de memória do Ipiranga.

Em relação à construção dos palacetes, o que se observa é um movimento – uma caminhada – que se inicia ainda na década de 1910, com a edificação inaugural do Palacete de Benjamin Jafet (1912) nas proximidades da fábrica, sendo seguido pelo Palacete de João Jafet (1919) na mesma área; ascende ao alto da colina, em meados de 1921, com a construção do vasto Palacete de Nami Jafet, envolto nas comemorações do Centenário, e, particularmente, encontra seu esplendor no Palacete de Basílio Jafet (1928), este último, lindeiro e vizinho da paisagem monumentalizada do Museu do Ipiranga.

Por fim, entre 1928 e 1940, esse modelo que poderíamos até chamar de *Palacete do Ipiranga*, passa a ser replicado pelos filhos, genros e até primos dos Jafet. Nessa fase, percebe-se a consolidação de um modelo e processo construtivo que dá lugar à edificação de arquiteturas variadas, que do orientalista ao modernista, passando por várias vertentes neoclássicas e de discurso francês aos estilos dos *Luízes*, avança como campo de produção até os anos do Estado Novo. Ao momento em que as derradeiras construções da segunda geração de homens-sucessores daquela família encerram quase três décadas de construções de arquiteturas *parlantes* do “eu”. Suscetíveis, sim, aos ventos das mudanças sociais e de gostos de moradia na cidade, e das tensões das próprias identidades de seus proprietários imigrantes.

Tomados em conjunto, tais palacetes consolidam o assento de memória que os Jafet impingiram sobre o “seu” particular Ipiranga. Arquiteturas que assumem um duplo movimento entre a busca por diferenciações, como no ato de individualização entre os núcleos familiares e seus distintivos palacetes por estilos arquitetônicos, nomeados às honras do chefe-familiar; e outro, de manutenção desses vínculos intrafamiliares aproximados entre os Jafet, na construção desta vizinhança própria, bem como na manutenção da imagem de coesão daquela família no Brasil – e às margens do Ipiranga.



84. Segundo relato-memória de Arthur Jafet a esse pesquisador. Entrevista realizada no segundo semestre de 2021. Corroborado por: Truzzi (2009, p. 107).

Figura 14 - Vista área do Ipiranga - circa de 1930 - autoria desconhecida. Revista São Paulo Moderna. São Paulo, 1919.

Do ponto de vista da construção de uma urbanidade sobre o Ipiranga, nota-se a expressão de coerências, dignidades e aproximações, sem que ali se construísse algo que pudesse ser visto como um *Pequeno Líbano*, ou qualquer outro nome possível que indicasse esforço de segregação ou apartamento social. Algo que definitivamente não estava presente nas intenções objetivas dos Jafet no bairro – ou nas vitrines deste para com a vida pública na cidade de São Paulo.

Se as materialidades das arquiteturas dos Palacetes do Ipiranga, com suas nuances variando entre estilos ecléticos ricamente ornamentados, não deixam dúvidas dos cabedais que foram dispensados para tornar realidade os sonhados palacetes: dos mármore importados de diversas cores, passando pelo agenciamento dos mais renomados artífices de ornamentos e mobiliários da cidade, como pintores artísticos italianos – entre os quais, Ernesto Frioli –, ou nos vitrais fabricados pela concorrida Casa Conrado. Essa suntuosidade e opulência material revela, ainda, que aos fundadores da *Nami Jafet & Irmãos* meios e recursos não faltavam para, por exemplo, se quisessem, adquirir terrenos ou palacetes pré-existentes, como os da Avenida Paulista.

E eles, de fato, compraram.

Os Jafet chegaram a comprar um vasto terreno na Avenida Paulista, na quadra lindeira à Avenida Brigadeiro Luís Antônio.⁸⁴ O fato de não terem efetivamente residido naquela avenida, ou sequer construído ali, em uma de suas principais esquinas, na vizinhança do seletto grupo de enriquecidos industriais

85. Marins (2016).

86. Jafet (1947, p. 344).

com os condes italianos, Francesco Matarazzo e Rodolfo Crespi, denota, mais uma vez, que a ascensão à colina do Ipiranga foi assumida pelos Jafet como possibilidade de sentidos representativos singulares – e singularizados.

Paulo Garcez Marins notou que em São Paulo, sobretudo na Avenida Paulista, o símbolo do palacete guardou aos imigrantes, em seus campos de possibilidades, ensejos de representação por arquiteturas *parlantes* do “eu” em suas singularidades na cidade. Como em suas palavras:

[...] as elites imigrantes adotaram, em suas casas, vocabulários arquitetônicos historicistas alinhados às suas respectivas origens étnicas ou nacionais, assumindo-se efetivamente como forasteiras, numa jactância de si que revela sua consciência de serem um “outro”, pleno de sucesso. Seu triunfo não se fez por emulação das elites locais ou de seu gosto (que, como no exemplo portenho, optara sobretudo pelos estilos dos Luíses ou pela *Art Nouveau* presente nos maiores palacetes de Higienópolis ou dos Campos Elíseos), mas por residências que evocavam seus países de origem [...] As famílias imigrantes afirmavam-se na Avenida Paulista, portanto, como fortunas de sucesso, mas igualmente como portadoras orgulhosas de suas próprias identidades estrangeiras.⁸⁵

O Ipiranga aos Jafet, também, nesse sentido, assumia essa “jactância de si”, não apenas pela arquitetura que versava algum imaginário difuso de um Oriente ou de vidas enriquecidas. A própria “senhorização” do Ipiranga – com a licença do termo – às margens do lugar de memória tomava tal sentido *parlante*, não apenas do “eu”, mas daquilo que podia ser asseverado até como “deles”. Já que se tratava propriamente da construção narrativa e da imagem de uma família coesa, cuja ascensão econômica e mobilidade social foram construídas, significadas e, gradativamente, contadas na pessoa do plural: “os Jafet”. Ainda que, antes, realçando as lideranças patriarcais entre “os irmãos” – como definidoras desses destinos, notoriamente, marcadas por precedências. Inicialmente, como vimos na figura Nami; depois, de Basílio Jafet, e daí em diante por seus sucessores.

Neste ponto do artigo, cabe reobservar aquelas palavras de Nami Jafet, sobre o que ocorreria em 1922, e onde seria “festejado o centenário da Independência [...] sob máximo brilho e imponência”, e que “a nação em peso celebrará este dia no Ipiranga”⁸⁶.

Tais palavras não eram tomadas do acaso pelo minucioso professor e capitalista, Nami Jafet. Indiciam importância – por relação – em anunciar o arquétipo do que significava o lugar do Ipiranga em suas ambições e antevisões representativas mais íntimas.

Dizer, em 1917, que “a nação em peso” celebraria no Ipiranga, em última análise, só nos diz claramente sobre uma certa presença: era onde Nami Jafet desejava estar em 7 de setembro de 1922.

Àquele que também poderia ser nomeado em palavras desabonadoras “por esse turco Nami” quando de uma greve, o “Ipiranga” – do discurso – era poder simbólico e representativo no Brasil, por meio do qual, transpassado nessa lógica, poderia, inclusive, não apenas significar representações de liberdade para aqueles indivíduos (como já observamos noutro discurso à colônia síria de Santos), mas, particularmente, representava inclusive um compromisso público da trajetória daquele orador para com as elites paulistas.

Dessa maneira, não é difícil de entender que, depois daqueles conturbados idos de 1917 – da greve, da guerra e dos esforços públicos de distensão, como no lançamento do selo de homenagem dos sírios ao Brasil – tenha Nami Jafet decidido tomar assento definitivo no Ipiranga. Onde lembremos: não trabalhava, já que seus afazeres cotidianos na divisão do trabalho da companhia que precedia, a *Nami Jafet & Irmãos*, eram junto aos escritórios da Rua Florêncio de Abreu, que, convenhamos, eram muito mais próximos de uma feita Avenida Paulista do que ainda razoavelmente distante e lamacento arrabalde do Ipiranga.

Se os esforços de Nami Jafet, como a naturalização como brasileiro, a busca pelo título de “coronel” e a posição de chefe - clientelista - do PRP no distrito do Ipiranga não resolveram as desconfianças anteriores – e até ensejaram novas, particularmente, nos momentos de tensões sociais –, parece-nos que os esforços de construção dos palacetes entre a fábrica e o Edifício-Monumento foram mais exitosos nessa hifenização da identidade entre os Jafet e o Ipiranga. Especialmente, estando envoltos no contexto das Comemorações do Centenário da Independência, o que, pela aproximação ao lugar de memória, poderiam até diluir as máculas que eventualmente se lançavam “ao turco” e ao estrangeiro, diante da distintiva posição que assumiam publicamente (até como um compromisso). Algo, que, somado com a imagem da fábrica enquanto símbolo de progresso social e econômico, nas décadas seguintes, poderia até permitir a propaganda exagerada do “Ipiranga depois dos Jafet”.

É importante destacar que as comemorações do Centenário da Independência (1922) foram o que definitivamente começaram a diluir a imagem de inóspito e insalubre que imperava sobre o distrito do Ipiranga no imaginário da cidade até então. Embora o leque de intervenções e melhorias urbanas tenha sido razoavelmente restrito à consolidação da imagem da monumentalidade ao bairro – com o aplainamento do terreno, a construção do jardim em estilo francês, a abertura da Avenida Dom Pedro I, e, particularmente, a construção do Monumento à Independência, financiados por vultuosos gastos do erário público –, tais comemorações, como uma “janela de oportunidades”, permitiram aos Jafet a possibilidade de se associarem a essa imagem pública (vitrine), também em construção – material e narrativa – do lugar de memória das elites paulistas.

Entendo que é nesse contexto, que seu palacete foi erguido a partir de 1919, fazendo-se pronto em 1921, em mais de meia quadra da Rua Bom Pastor

87. Funerais do comendador Nami Jafet... (1923-24 - Acervo: Cinemateca Brasileira) e Nami Jafet - o falecimento do grande industrial Syrio... (1924).

88. Jafet (1947, p. 374-375).

89. Ver: Jafet (1947, p. 374-375).

90. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 555-560).

(esquina com Rua da Constituinte). Palacete, vasto e presente a tempo das tais comemorações do Centenário da Independência. Como um traje de gala, que se veste, e também pode ser avistado como de “máximo brilho e imponência”.

Do Palacete Nami Jafet, poucos registros iconográficos chegaram aos nossos dias. Sua morte, em 1923, todavia, legou-nos fotografias como as publicadas em *A Cigarra*, e até uma filmagem na qual o palacete, a fábrica e o Museu do Ipiranga são o cenário da partida do féretro do seu proprietário.⁸⁷ As feições neoclássicas da externalidade do palacete, sobretudo de suas aberturas e molduras, não são difíceis de serem entendidas dentro dos sentidos que Nami procurava construir publicamente.⁸⁸

Especialmente enquanto, um homem de inegável e orgulhosa identidade oriental (síria e cristã-ortodoxa) que, todavia, resguardava essa condição ao âmbito exclusivo dos valores morais e de honra patriarcal, tendo por a vida pública por ser pautada, segundo seus escritos, por noções de valorização do conhecimento, da ciência, do progresso material e espiritual, não apegando estes últimos diante de confusões de ordem sectária ou confessional. Para Nami, as razões do progresso material do Ocidente, mais do que em detrimento do Oriente, deveriam ser entendidas sob aspectos de uma cultura de progresso, liberdade e valorização do “dinheiro” – como repetia em seus discursos, literalmente afirmados como uma “veste pública” a ser assumida.⁸⁹

Sentidos de pensamento que dão nuances para entendermos o porquê de, naquela casa, a imagem oriental ser, sim, observada, em salas e mobiliários internos e, visivelmente, encimada, ao topo, por um curioso e discreto torreão orientalizante sobre piso, cuja cúpula estava ali como elemento de descortinar a paisagem daquela colina até as chaminés do complexo fabril. Algo que, em repertórios de arquitetura, ainda que muito discretamente, diluía-se no todo neoclássico da construção.

Depois da morte de Nami no palacete (1923), um momentâneo hiato na liderança é superado pela ascensão de Basílio Jafet ao posto público de sucessor da liderança da família e seus alinhamentos políticos. Basílio Jafet postou-se ao lado – e como fiador no Brasil – dos interesses franceses, particularmente, depois de 1928, na defesa da criação do Estado do Líbano, em detrimento dos sonhos unionistas por uma *Grande Síria*. Rusga que assumiu ares de inconciliável na comunidade árabe-levantina de São Paulo e que produziu cisões manifestas nas principais instituições de recreação e beneficência da comunidade no Brasil, e até abertamente contadas duramente nos jornais de São Paulo.

Diante dessa cisão e animosidade, os interesses dos Jafet passaram primeiro a assumir a condição de representantes e mediadores dos interesses franceses perante a coletividade,⁹⁰ agora sim, nomeada dos sírios e dos libaneses. O que depois da independência definitiva de ambos os protetorados no pós-guerra, por um definitivo assumir de uma identidade afirmativamente libanesa. Se Nami Jafet

nasceu súdito otomano e declarava-se “sírio”, publicamente partidário de uma “Grande Síria”, Basílio, nascido na mesma aldeia do Monte Líbano, morreu como um distinguido libanês de São Paulo e cavaleiro da Legião de Honra francesa. Coerente, sim, dentro dos conformes que a geopolítica e o imperialismo impunha como fronteiras “cortadas” – territoriais e nacionais – extremamente instáveis e artificiais sobre o Oriente Próximo. O que gerava a necessidade de realinhamentos até deste lado do Atlântico, por esses homens em suas identidades pós-imigração.

91. Compresp - PA n° 1991-0.005.386-6 (1990, p. 3) e DPH - Resolução de Tombamento n° 05/2005.

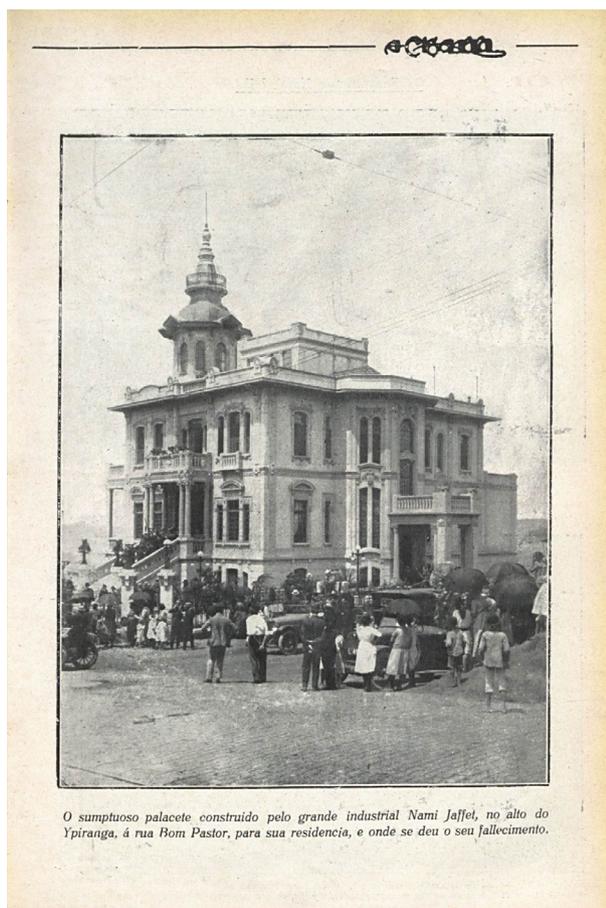


Figura 15 – Palacete Nami Jafet em página de *A Cigarra*, janeiro de 1924. Acervo: Biblioteca Nacional.

Voltando às moradas paulistanas, o Palacete do Basílio Jafet, por ainda preservado e quase que conjugado ao *boulevard* público do Parque da Independência, sem dúvidas, é a mais conhecida e imponente das construções privadas da *Belle Époque* do Ipiranga.

Presente na memória dos paulistas – tombado pelo Compresp⁹¹ –, o conhecido *Palacete dos Cedros*, em alguma medida, tem sua historicidade na cidade marcada por esses processos de construção de identidades de seus proprietários.

A referência aos cedros, por exemplo, foi posterior ao processo construtivo daquele que foi projetado nominalmente para ser uma “Vila do Sr. Basílio Jafet”,

projeto assinado por Francisco Salles Malta,⁹² em lote elevado junto à esquina da Rua Bom Pastor com a Rua dos Patriotas. O vitorioso assumir-se como *Palacete dos Cedros*, indica que a transição que os Jafet fizeram, por partidários de uma identidade libanesa, foi particularmente exitosa quando esta se mostrou necessária, mesmo suplantando camadas anteriores, desde uma esquecida identidade síria ou pela transitória afeição “francesa” nos anos do Protetorado e, sobretudo, enquanto títulos como os de *cavaleiro* ainda eram plausíveis de serem ostentados – sem maiores desconfianças – pelas ruas do Brasil.



Figura 16 - Fotografia do Palacete de Basílio Jafet - circa: 1928. Acervo Museu Paulista – USP.

Habilidosos em navegar em mudanças de maré, tal mudança de nome da residência, em alguma medida, também foi uma consequência de gestos públicos. Distante de personalismos *démodés*, próprios da República Velha, o local poderia ser sintetizado por outros simbolismos, mais discretos e igualmente afirmativos: como na presença de duas daquelas árvores das montanhas do Líbano, que foram plantadas nos jardins da residência com grande pompa. A primeira, plantada depois da criação do Estado do Líbano, como manifesta aceitação do símbolo nacional daquele novo protetorado (apartado da Síria) entre o núcleo familiar; e a segunda, plantada por Camille Chamoun, presidente libanês em visita a São Paulo (1954).

Curiosamente, esse último gesto ao momento de outras vastas comemorações públicas eram realizadas: as do Quarto Centenário da fundação de São Paulo. Nestas, a comunidade libanesa buscou novamente se fazer ao lado dessas festas, agora pela abertura da Avenida República do Líbano, nas cercanias do modernista Ibirapuera.

Para o Ipiranga – da década de 1920 – sobre o projeto que foi edificado, o que há de verificável é a percepção da opção final por um imponente palacete de alguma feição *neorrenascentista*, no qual uma interessante cúpula sobre o torreão é notável.

Nesta, algum sentido orientalista é assumido por meio de formas octogonais do Oriente Próximo (como a do Palácio de Topkapi, da capital otomana). No Ipiranga, tal elemento, aparentemente coroa um imponente conjunto sobre o corpo da edificação, onde certa visão aristocrática e condizente com seu vizinho lindeiro se fazem marcadamente notáveis, sem que essa signifique grandes percepções identitárias. Até porque essa noção de fidelidade diante dos repertórios orientalistas não era premissa entre os produtores de arquitetura da cidade, valendo, sim, o símbolo difuso de algo associável a um “Oriente” difuso e repertorial.⁹³ O *Palacete dos Cedros*, aos olhos que seguem a monumentalidade do Museu Paulista, podia ser até avistado por um transeunte como um palácio lateral do edifício-monumento e seu jardim de estilo francês.

Sobre esses indícios que as linguagens arquitetônicas dos principais palacetes do Jafet assumiram certo diálogo com a ressignificação dessas identidades no Brasil, vale o registro que a casa construída para residência de sua filha Violeta Jafet e seu genro Chedid Jafet – construída em 1934 e dividindo a vasta área do mesmo lote do Palacete dos Cedros – particularmente, assentada como um presente ao casal, detém um claro estilo francês dos *Louises*. Enlace interessante, ao momento que o próprio Basílio era conhecido na cidade pela aquela dignidade de *Cavaleiro*, e que por muito atuou como uma espécie de cônsul informal da França em São Paulo, inclusive bancando receptivas aos enviados daquela República quando de visitas públicas, muitas destas realizadas em seu palacete no Ipiranga.⁹⁴

Sobre essa residência (de sua herdeira), vale ainda notar que foi uma obra de autoria atribuída ao engenheiro da família, Eduardo Benjamin Jafet. Este último sucessor de seu pai (Benjamin) na direção da fábrica, bem como responsável por uma série de modernizações/adequações na companhia diante das novas legislações trabalhistas.

93. Cristofi (2021, p. 7)

94. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 558).

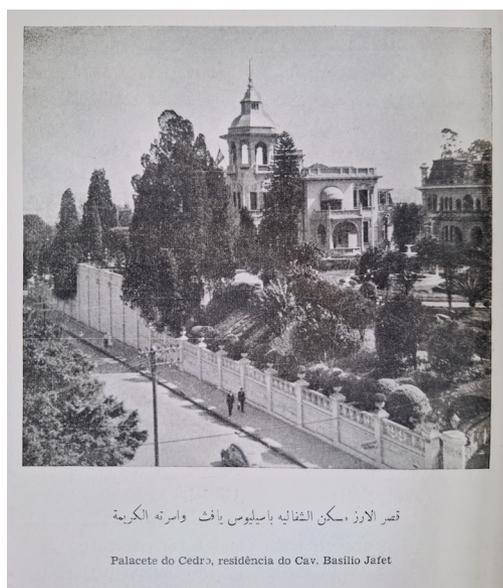


Figura 17 - Vista sobre a Rua Bom Pastor. À direita, o Palacete de Basílio Jafet, à esquerda o Palacete de Violeta Jafet - Reprodução de “Vida e Obra de Basílio Jafet” - 1943.

95. O que não significa que a execução, construção e o agenciamento de artesãos não possa ter sido feita pela contratação de outro escritório de arquitetos.

96. Cristofi (2016, p. 264-267).

97. *Idem*.

Eduardo também projetou⁹⁵ – e materializou – seu palacete (1934) de acordo com as posições de prestígio que lhe cabiam no arranjo familiar e societário. Mantendo a lógica de dignidades de “um igual ou melhor”, sua residência-palacete também assumia feições neoclássicas francesas, externalizadas à Rua Bom Pastor, n. 825 (atual), em posição de destaque junto aquela seleta vizinhança de tios e primos. Eduardo Benjamin era casado com Ângela Jafet, filha de Basílio (seu tio). Mais do que qualquer esforço genealógico, notar isso nos ajuda a entender os sentidos de honras que a materialização de luxuosos palacetes também assumiu diante dos enlaces acordados, sob as rígidas regras de casamentos e dignidades manifestas entre os cristãos-ortodoxos de língua árabe.

Nos limites deste artigo, não se mostra possível avançar maiores observações sobre as linguagens da arquitetura ou individualizar análises para com cada um dos palacetes do conjunto edificado pelos Jafet no Ipiranga, observando sobre seus espaços internos e programas arquitetônicos. De maneira muito breve, o que se mostra importante é destacar algumas das principais edificações, além dessas já observadas, nos sentidos que elas agregaram na composição dessa paisagem-vizinhança.

Nesse esforço, notadamente, destaca-se: o Palacete David e Munira Jafet (conhecido posteriormente como Palacete Rosa), único de linguagem orientalista claramente manifesta às ruas. Um dos ícones dessa vertente da arquitetura em São Paulo.

Feito para ser residência de David Jafet, primo dos irmãos Jafet, que nasceu em Douma, no Líbano, aqui contraiu matrimônio com uma das filhas de Benjamin Jafet, depois que David já era um próspero industrial dedicado ao ramo da seda, tendo antes sido mascate.

Esse palacete, de uma delicadeza marcante, foi concebido por uma profusão de tipos orientalistas expressos na fachada. Sua composição foi obra e autoria do escritório *Malta & Guedes*, tendo sido concluída, a muitas expensas do seu proprietário, pelo ano de 1938, e celebrado no âmbito familiar pelo batizado do primogênito do casal (Edgar Jafet). Nesta casa, provavelmente, o esforço do “igual ou melhor” tenha sido realizado de maneira mais custosa, tendo em vista que David Jafet não era sócio ou herdeiro *Nami Jafet & Irmãos*, mas um primo que também se tornou também genro de um daqueles potentados. Consta que David apenas recebeu o terreno junto à Rua Bom Pastor como presente do sogro Benjamin Jafet, sob compromisso de ali construir o palacete para sua esposa.⁹⁶

Além disso, memórias familiares demonstram que David Jafet, diferentemente dos primos mais abastados, era extremamente crítico da ocidentalização forçada que sua terra natal passava sob domínio francês, o que pode indicar os sentidos da escolha orientalista de seu palacete.⁹⁷



Figura 18 - Fotografia do Palacete Rosa, circa de 1940 - Acervo Edgar Jafet.



Figura 19 – Fotografia dos Interiores do Palacete Rosa. Autoria: Julia Cristofi (2013).



Figura 20 - O interior orientalista da Residência de David Jafet (Palacete Rosa). Destacam-se os afrescos de autoria do pintor italiano, Ernesto Frioli, que compõem visão sobre o Pátio dos Leões, de Alambra. Fotografia: Júlia Cristofi, 2013.

Outro imóvel icônico do Ipiranga que aqui merece maiores observações, sem dúvida, foi a residência de Nagib Jafet, elaborada pelo arquiteto modernista, Jayme C. Fonseca Rodrigues. Possivelmente projetada em 1939, tendo sido construída entre 1941-1943. Sobre essa casa, deve-se observar a ousadia modernista, evidenciada pela presença de estátuas e baixos-relevos, de autoria do artista suíço, John Graz (1891-1980), na fachada.

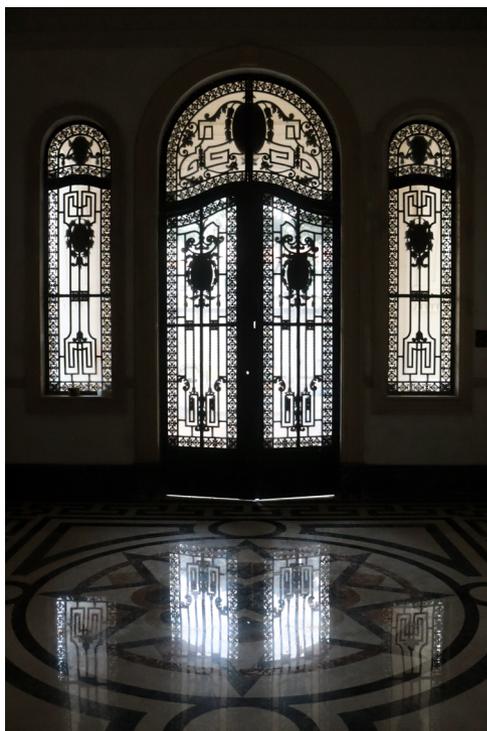


Figura 21 - Detalhes do hall de entrada da Residência de Eduardo Benjamin Jafet. Fotografia: Júlia Cristofi (2021).



Figura 22 - Fotografia da fachada da Residência de Nagib Jafet, circa: 1940 - Acervo Instituto John Graz.



Figura 23 - Fotografia da Diana, Residência de Nagib Jafet, circa: 1940 - Acervo Instituto John Graz.

As esculturas de Graz na residência destacavam figuras femininas, entre as quais a famosa *Diana* (da fonte-piscina diante dos jardins da casa) foi uma das obras mais conhecidas do artista nascido em Genebra. A residência de Nagib Jafet, igualmente, destacava-se por um ousado arranjo modernista complexo que contemplava mobiliário, desenhos de pisos, fonte ornamentada, piscina, iluminação, tapeçaria e gradis variados.⁹⁸

Destaca-se aqui, que Nagib ficou conhecido por seus interesses pelas artes, e nesse sentido, possivelmente elencou o romper com as anteriores imagens dos palacetes ecléticos e historicistas, vestindo-se, agora, com aquilo que o modernismo emergente (desde a Revolução de 1930) poderia oferecer em seu maior esplendor no Brasil, sem que isso significasse descensos dos padrões luxuosos de morada burguesa partilhados pela família.

Além disso, tal opção modernista enquanto discurso público, demonstra um novo alinhamento e aproximação, diante do sentido “modernizador” que o regime nacionalista, centralizador e, àquela altura, autoritário de Getúlio Vargas vinha construindo como plataforma a partir da capital federal, como símbolos do Estado Novo (1937-45). Ideologia que, por consequência, legaria as arquiteturas anteriores do ecletismo às máculas das coisas “exógenas” e “estrangeiras” europeizantes, e não brasileiras. Condição que aos imigrantes tornava a opção por “jactâncias orgulhosas de si”, a essa altura, algo mais do que desaconselhável.

Esse movimento de reafirmação de memórias públicas, nas décadas de 1940-1950, inclusive, deve ser observado ao fato, que os Jafet, antes representantes do Partido Republicano Paulista (e apoiadores de Washington Luís, nos anos 1920), com a mudança de ventos advindos da Revolução de 1930, não hesitaram assumir a condição de muito próximos “dos gaúchos”, aqueles amarraram os seus destinos no Obelisco do Catete. Como resumiu a memória de Raphael Jafet: se tinha governo, os Jafet apoiavam.⁹⁹ O que, certamente, não era um exagero, já que Ricardo Nami Jafet chegou a ser nomeado presidente do Banco do Brasil, pelo governo democrático de Getúlio Vargas (1950-54).¹⁰⁰

Nas décadas seguintes, os palacetes, tomados em conjunto, serviram principalmente para ilustrar a retórica sobre a influência dos Jafet sobre o Ipiranga. O encerramento desse processo construtivo de arquiteturas na década de 1940 deu lugar à construção de narrativas e memórias, pelas quais, mais do que identidades arquitetônicas, o que se elencou foram visões de progresso e de realizações pelo trabalho, da qual os palacetes seriam uma das vitrines. Afirmações que reforçam constantemente a ideia de um “antes e depois” sobre a terra do Ipiranga e, por consequência, amplifica seus feitos, ao longo das biografias publicadas sobre aqueles homens, aos ventos inquietos da política nacional.

98. Segawa (2016, p. 86-99).

99. Greiber, Maluf e Mattar (1998, p. 599).

100. Em São Paulo, os Jafet também se associaram ao Ademarismo.

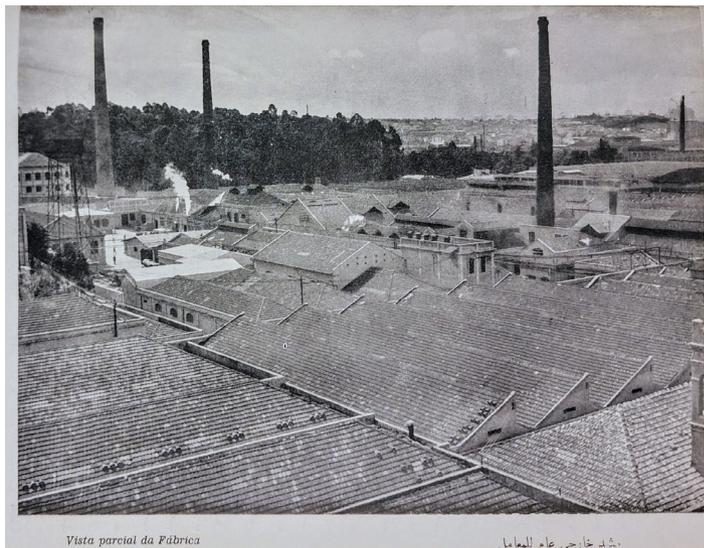


Figura 24 - Vista parcial da Fábrica - Reprodução de “Vida e Obra de Basílio Jafet”.

O que procuramos oferecer como análise – ao longo do artigo – é a percepção de que os assentos representativos e a morada burguesa dos Jafet no Ipiranga não podem ser entendidos sem que se observe a relação intrínseca que estabelecem na constituição – e construção – dessa vizinhança-familiar com a representação do lugar de memória da Independência. Não ficando inertes às tensões sociais e políticas no Brasil, mas que procuravam manifestar respostas de compromisso diante delas, que do selo comemorativo à morada nos Palacetes do Ipiranga, o que se observa são estratégias públicas de inserção simbólica. Algumas até curiosas e estranhas como a patente de “coronel”.

Como bons vendedores de vestes, àqueles senhores industriais enriquecidos existiu um objetivo primeiro, que por certo, consagrava tais proprietários imigrantes como senhores de uma elite econômica na cidade, por meio dos símbolos que o palacete paulistano permitia, um entre vários esforços de afastamento de desconfianças anteriores à uma família vinda do Levante. O segundo aspecto era o aspecto de distinção, aquilo que lhes foi exclusivo e construído deliberadamente: ou seja, a articulação e escolha pelos símbolos de memória do Ipiranga como parte de uma vitrine aos Jafet. Algo que para além da pujante fábrica, realizou-se, sobretudo, pela arquitetura de uma paisagem-vizinhança coerente, não cindida e notabilizada.

Como um espaço singularizado do “eu” ao lado do lugar de memória da Independência. Soma-se ainda, que na altura da metade do século XX, quando essas biografias póstumas começam a criar interpretações sobre a memória da família, o Ipiranga já tinha se tornado um lugar afetivo às práticas sociais e culturais vividas pela cidade, o que, portanto, ampliava os ecos dessa narrativa, especialmente, diante da visão ostentatória e bela – e inegável vizinhança – junto ao Museu do Ipiranga.

SOBRE O AUTOR

Mestre em História da Arquitetura e do Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU/USP), especialista em Ensino de História pela Universidade Estadual de Campinas (linha de pesquisa: Política, Memória e Cidade). Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, licenciado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor de História no Colégio da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). E-mail: renato.cristofi@online.uscs.edu.br.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas

A POLÍTICA. *O Combate*, São Paulo, ano 3, n. 839, p. A1, 25 fev. 1918.

A POLÍTICA. *O Combate*, São Paulo, ano 4, n. 1141, p. A1, 10 mar. 1919.

A POLÍTICA: sobre os sucessos de São Paulo. *A Razão*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 888, p. A2, 24 maio 1919.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Acervo de “Obras Particulares”. Consulta para a Rua Agostinho Gomes, 1912.

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Acervo de “Obras Particulares”. Consulta para a Rua Bom Pastor, 1920-1930.

CAV. Nami Jafet. *A Vida Moderna*, São Paulo, ano 20, n. 467, 11 jan. 1924.

COMPRES. *PA n° 1991-0.005.386-6, datado de 26 de abril de 1990*. p. 3. Para mais: Resolução de Tombamento n. 05/2005.

FALECIMENTO do grande industrial Syrio. *O Combate*. São Paulo, ano 9, n. 2567, p. A1, 27 dez. 1923.

FUNERAIS do comendador Nami Jafet. São Paulo, 1923-24. Acervo: Cinemateca Brasileira.

NAMI Jafet - o falecimento do grande industrial Syrio. *A Cigarra*, São Paulo, ano 12, n. 223, 1924.

NOTAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. A1, 9 mar. 1919.

O MOVIMENTO operário - na fábrica de tecidos Ypiranga. *O Combate*: Independência, Verdade e Justiça, São Paulo, ano 3, n. 704, p. A1, 10 set. 1917.

SÃO PAULO, 1. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 91, n. 213, p. A2, 2 ago. 1917.

TRAAD, Nagib; JAFET, Nami; NAJM, Farés. Appello aos Syrios - Associação Patriótica Syria. In: *Annaes da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 434-437.

Livros, artigos e teses

BARRO, Máximo; BACELLI, Roney. *Ipiranga*. São Paulo: PMSP, s.d.

BASTANI, Tanus Jorge. *Memórias de um Mascate*: o soldado errante da civilização. Rio de Janeiro: F. Briguet & Comp, 1949.

CRISTOFI, Renato Brancaglione. *O orientalismo arquitetônico em São Paulo - 1895-1937*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20122016-152110/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

DIB, Márcia Camasmie. *Produzindo o ecletismo*: estudo de um caso na Avenida Paulista (1925-1985). Monografia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

DUOUN, Taufik D. *A imigração sírio-libanesa às terras da promessa*. São Paulo: Tipografia Editora Árabe, 1944. v. II.

GREIBER, B. L.; MALUF, L. S.; MATTAR, V. C. *Memórias da imigração*: libaneses e sírios em São Paulo. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

HITTI, Philip. *The Syrians in America*. New York: George Duran Company, 1924.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*: e outras formas de morar da elite cafeeira, 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

JAFET, Antonio. *Vida e obra de Basílio Jafet*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1956. p. 33-34.

JAFET, Nami. *Ensaio e discursos*. São Paulo: São Paulo Editora, 1947.

JORGE, Salomão. O árabe na civilização brasileira. In: *Album da Colonia Sírio Libanesa no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Brasileira, 1944.

KOWNLTON, Clark. *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo: Anambi, 1961.

KURBAN, Taufik. Nota de número 6. Tradutor e organizador de JAFET, Nami. Na Sociedade Beneficente Síria de Santos. In: *Nami Jafet: ensaio e discursos*. São Paulo: São Paulo Editora, 1947.

KURBAN, Taufik. *Syrios e libanezes no Brasil*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1933.

LEMONS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

LESSER, Jeffrey. Construindo um espaço étnico. In: *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2001.

MARCOVITCH, Jacques. Nami Jafet. In: *Pioneiros & empreendedores*. São Paulo: Edusp, 2009. v. 1.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.); NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3.

MARINS, Paulo César Garcez. La avenida Paulista de la Belle Époque: élites en disputa. In: PEIXOTO, Fernanda Areas; GORELIK, Adrián (org.). *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina, 2016.

SEGAWA, Hugo. *Jayme C. Fonseca Rodrigues: arquiteto*. São Paulo: Bei, 2016.

TOLEDO, Benedito Lima. *Álbum iconográfico da Avenida Paulista*. São Paulo: Ex-Libris, 1987.

TRUZZI, Oswaldo M. Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2009.

Artigo apresentado em: 29/04/2024. Aprovado em: 24/09/2024.



All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License